

PESQUISANDO SÃO PAULO



110 ANOS DE CRIAÇÃO DA COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS, SANEAMENTO E OBRAS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

PESQUISANDO SÃO PAULO



REPRODUÇÃO: JOSÉ ROSAEL

Porto da Lage. In: CGG - 1905. Exploração do Rio Tieté (Barra do Rio Jacaré-Guassú ao Rio Paraná)

110 ANOS DE CRIAÇÃO DA
COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA

Secretaria de Economia e Planejamento - Secretaria do Meio Ambiente -
Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras
Universidade de São Paulo

PESQUISANDO SÃO PAULO
110 ANOS DE CRIAÇÃO DA
COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA

São Paulo
1996

Universidade de São Paulo
Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras
Secretaria de Economia e Planejamento - Secretaria do Meio Ambiente -

COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA
110 ANOS DE CRIAÇÃO DA
PESQUISANDO SÃO PAULO

São Paulo
1996

Governo do Estado de São Paulo

Governador: Mário Covas

Secretaria de Economia e Planejamento

Secretário: André Franco Montoro Filho

Instituto Geográfico e Cartográfico

Diretora Geral: Lenir José da Cunha e Castro

Secretaria do Meio Ambiente

Secretário: Fábio José Feldmann

Instituto de Botânica

Diretor Geral: Adauto Ivo Milanez

Instituto Geológico

Diretora Geral: Marcia Maria Nogueira Pressinotti

Instituto Florestal

Diretor Geral: Oswaldo Poffo Ferreira

Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo

Diretor: Marcos Byington Egydio Martins

Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras

Secretário: Hugo Vinícius Scherer Marques da Rosa

Centro Tecnológico de Hidráulica e Recursos Hídricos

Diretor: Podalyro Amaral de Souza

Universidade de São Paulo

Reitor: Flavio Fava de Moraes

Instituto Astronômico e Geofísico

Diretor: Igor Ivory Gil Pacca

Museu Paulista

Diretor: José Sebastião Witter

Museu de Zoologia

Diretor: José Luís Moreira Leite

Museu de Arqueologia e Etnologia

Diretor: Adilson Avansi de Abreu

PESQUISANDO SÃO PAULO
110 ANOS DE CRIAÇÃO DA COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA

Coordenação:

J. Régis Guillaumon

Revisão:

Gianna Maria Garda

Miyoko Makino

Marcos da Silva Noffs

Capa:

Sérgio Sdrous - IGC/SEP

Legendas 4ª Capa

Mappa da Provincia de S. Paulo. In: ALMEIDA, C. M. de - 1868. Atlas do Imperio do Brazil. São Paulo, Lithographia do Instituto Philomathico, Estampa XVII. Reprodução: José Rosael

CGG - 1929. Carta geologica do Estado de S. Paulo (Brazil), escala 1:2.000.000. Reprodução: José Rosael

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Pesquisando São Paulo: 110 anos de criação da Comissão Geográfica e Geológica/ I coordenação J. Régis Guillaumonl. – São Paulo: Instituto Geológico/SMA: Museu Paulista/USP: Instituto Florestal/SMA, 1996

Vários colaboradores.

Acima do título: Secretaria de Economia e Planejamento, Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, Universidade de São Paulo.

1. Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo - História 2. Geografia - Pesquisa - São Paulo (Estado)
3. Geologia - Pesquisa - São Paulo (Estado) I. Guillaumon, J. Régis.

CDD-910.98161

96-5200

Índices para catálogo sistemático:

1. Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo: História
910-98161

A COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA (110 ANOS)

Qualquer coisa que se diga sobre esta Comissão será pouco se se pensar no seu significado e na fertilidade de sua concepção. Ela foi criada pela Lei N. 9 de 27 de março de 1886, seguindo os moldes da Comissão Geológica do Império e recebeu o título de COMISSÃO GEOGRAPHICA E GEOLOGICA DA PROVINCIA DE SÃO PAULO.

Nascia, como tantas outras, antes e depois de sua criação, com a finalidade de se constituir em uma equipe interdisciplinar destinada a planejar e executar pesquisas para subsidiar a ocupação do território paulista. Se todos os seus objetivos foram atingidos é difícil constatar sem que se faça outra enorme pesquisa. No entanto, conseguiu ela, depois de bem plantada, ter os cuidados de que necessitava para, ao surgir o regime republicano, continuar a existir e se fortalecer. Crescida e apoiada em esteios fortes, a pequena árvore deu grandes frutos. Dentre estes, pode-se enumerar: Instituto Geográfico e Cartográfico da Secretaria de Economia e Planejamento; Instituto Florestal, Instituto de Botânica, Instituto Geológico e Fundação para a Conservação e Produção Florestal do Estado de São Paulo da Secretaria do Meio Ambiente; Centro Tecnológico de Hidráulica e Recursos Hídricos da Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras; Instituto Astronômico e Geofísico, Museu Paulista, Museu de Zoologia e Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

Reunidas neste momento, as instituições geradas da Comissão transformaram o ano de 1996 em 365 dias de celebrações. Nem todas tiveram o brilho e a divulgação que mereciam, porém todos aqueles que se envolveram com as comemorações sabem bem avaliar o seu significado. Foram lembrados de formas diferentes cada um dos institutos que a Comissão gerou. Foram também lembradas as personagens que fizeram suas histórias... Mais do que tudo, cada um dos que se envolveram neste projeto, estava imbuído de seu papel na história presente, qual seja o de marcar neste ano o esforço de homens e mulheres que criaram e desenvolveram os ideais daqueles que há 110 anos criaram esta Comissão.

José Sebastião Witter

Diretor

Museu Paulista/USP



Acampamento Jacaré. In: CGG - 1905. Exploração dos rios Feio e Aguapehy (Extremo Sertão do Estado)

Comissão Executiva Interinstitucional para a Comemoração dos 110 Anos de Criação da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo

Coordenação:

Lucí Hidalgo Nunes¹

Marcos da Silva Noffs²

Membros:

Adnéa Ali Fakh³

Cecília Helena Lorenzini de Salles Oliveira⁴

Claudia Moi⁵

Fernando Cilento Fittipaldi¹

Francisca Carolina do Val⁶

João Régis Guillaumon²

Luiz Ribeiro de Azevedo Barretto²

Maria de Fátima Scaf⁷

Maria Olga Malheiros³

Marília Xavier Cury⁸

Michel Vitor Cury⁵

Miyoko Makino⁴

Paulo Marques dos Santos⁹

Ricardo de Souza Curi¹⁰

Sonia Aparecida Casari⁶

Zilma de Oliveira Fraga⁷

¹ Instituto Geológico

² Instituto Florestal

³ Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo

⁴ Museu Paulista

⁵ Instituto Geográfico e Cartográfico

⁶ Museu de Zoologia

⁷ Instituto de Botânica

⁸ Museu de Arqueologia e Etnologia

⁹ Instituto Astronômico e Geofísico

¹⁰ Centro Tecnológico de Hidráulica e Recursos Hídricos¹

PESQUISANDO SÃO PAULO

110 ANOS DA CRIAÇÃO DA COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA

Pesquisa e Texto

Coordenação:

João Régis Guillaumon²

Colaboradores:

Adnéa Ali Fakih³
Antônio Carlos Galvão de Melo³
Cecília Helena Lorenzini de Salles Oliveira⁴
Cibele Boni de Toledo⁷
Cláudia Moi⁵
Elaine Farias Veloso Hirata⁸
Fernando Cilento Fittipaldi¹
Francisca Carolina do Val⁶
Gianna Maria Garda¹
João Batista Baitello²
Lucí Hidalgo Nunes¹
Luiz Antônio da Cruz Argollo¹
Luiz Ribeiro de Azevedo Barretto²
Kátia Prisciotta³
Marcos da Silva Noffs²
Maria de Fátima Scaf⁷
Maria Isabel D'Agostino Fleming⁸
Maria Olga Malheiros³
Marília Xavier Cury⁸
Michel Vitor Cury⁵
Miyoko Makino⁴
Paulo Emílio Vanzolini⁶
Paulo Marques dos Santos⁹
Reynaldo de Paula Jr. (in memoriam)¹⁰
Ricardo de Souza Curi¹⁰
Sonia Aparecida Casari⁶
Sonia Regina Lazzarini¹
Zilma de Oliveira Fraga⁷

Agradecimentos:

À pesquisadora científica Alba Aparecida de Campos Lavras, do Instituto Butantan, pelas informações que contribuíram para a organização do texto;
ao engenheiro agrônomo do Instituto Florestal/SMA, Marc Etienne Berthier d'Alleman de Montrigaud, coordenador da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo, pelo apoio na informatização do texto;
à técnica de apoio à pesquisa, Maria Lúcia de Campos Motta, do Instituto Geográfico e Cartográfico/SEP, pelos estudos para a composição do logotipo alusivo aos 110 anos de criação da Comissão Geográfica e Geológica;
à assistente técnica de apoio à pesquisa e à técnica de apoio à pesquisa Suzetti Leme dos Santos Paes e Silvia Helena Sing, ambas do Instituto Florestal/SMA, ao pesquisador científico Percy Corrêa Vieira, do Instituto Geológico/SMA, ao Sr. Teodorico Ferreira Cabral, do Centro Histórico-Cultural da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, e às equipes da Divisão Científica e da Divisão de Difusão Cultural do Museu de Arqueologia e Etnologia/USP, pela ajuda na busca de material bibliográfico;
às historiadoras Solange Ferraz de Lima e Vânia Carneiro de Carvalho e à técnica de apoio à pesquisa Sonia Maria Spigolon, do Setor de Documentação Histórica do Museu Paulista/USP, pela reprodução de fotografias e documentos históricos;
ao geólogo José Maria Azevedo Sobrinho, do Instituto Geológico/SMA, pela revisão das provas do texto.



Os integrantes da Comissão Geographica e Geologica do Estado de São Paulo em 1889. Da esquerda para a direita - em pé: Antonio A. Lallemand, Luiz Gonzaga de Campos, Eugenio Hussack, Axel Frick, Antonio Lacerda, Alberto Lofgren; sentados: Francisco Paula de Oliveira, Orville A. Derby, Theodoro Sampaio, João Frederico Washington de Aguiar. Reprodução realizada na ocasião das comemorações do centenário de criação da CGG pelo Centro Tecnológico de Hidráulica e Recursos Hídricos.

Memorandum

Itapetininga, 12 de de maio de 1886.

Ao Ilmo. Sr.

Dr. Theodoro Sampaio -

1º ajudante

Comunico à V. Sa. para seu conhecimento e fins convenientes que um officio de 6 de maio comunica a S. Exa. Presidente da Província que o pessoal técnico da Comissão entrará em serviço nas seguintes datas:

Dr. Theodoro Sampaio - dia 7 de abril

Dr. Francisco de Paula Oliveira - dia 7 de abril

Dr. Luiz F. Gonzaga de Campos - dia 1 de maio

Dr. J.F. Washington de Aguiar - dia 4 de maio

Sr. Alberto Löfgren - dia 10 de abril

O Sr. Löfgren foi nomeado com o título de auxiliar com a remuneração mensal de cem mil réis (100\$000).

A gratificação de chefe da Comissão sendo contada pelos dias passados na Província em serviço, a folha de pessoal técnico deve mencionar os dias de serviço de cada vez que serão comunicados em tempo.

Orville A. Derby, Chefe

PESQUISANDO SÃO PAULO

110 ANOS DA CRIAÇÃO DA COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA

Como reação ao empirismo das românticas “viagens através das regiões desconhecidas” e sob influência do pensamento positivista, iniciou-se no Brasil, em 1875, a época das comissões, encarregadas de desenvolver estudos sistemáticos dos recursos naturais. A primeira foi a Comissão Geológica do Império do Brasil, dirigida pelo geólogo e geógrafo canadense Charles Frederick Hartt que, cinco anos antes, havia participado da primeira Expedição Morgan pela Amazônia. Apesar de sua curta duração - apenas dois anos - a Comissão conseguiu resolver os grandes traços do arcabouço geológico do Brasil, reunindo 500.000 amostras em todos os ramos de suas atividades e que hoje se encontram no Museu Nacional do Rio de Janeiro (LEINZ, 1955).

A exposição de motivos para a implantação de um serviço semelhante na Província de São Paulo, encaminhada por seu presidente, Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, à Assembléia Legislativa Provincial em 15 de fevereiro de 1886, dizia:

Entre os embaraços com que luta a administração da província para formar um plano geral que atenda às necessidades do seu desenvolvimento e para estudar com segurança as questões que se prendem a este objeto, obstando também à justa ponderação dos cometimentos da iniciativa particular para dilatar o campo das explorações industriais e agrícolas, avulta a ausência de informações exatas e minuciosas sobre a geografia, relevo, solo, vias de comunicação, estrutura geológica, riqueza mineral e caráter das diversas qualidades de terras (OLIVEIRA, 1966).

A Lei nº 9 de 27 de março de 1886 e suas instruções, datadas de 7 de abril do mesmo ano, criaram a **Comissão Geographica e Geologica da Província de São Paulo** (CGG), embrião de várias instituições de pesquisa científica da atualidade que, nos moldes da Comissão Geológica do Império do Brasil, reuniu uma equipe interdisciplinar destinada a planejar e executar pesquisas para subsidiar a ocupação do território paulista.

As instruções para a execução da Lei nº 9 previam a organização do pessoal técnico em duas turmas: uma encarregada dos trabalhos geológicos, sob a direção do próprio chefe da Comissão e outra, dos geográficos, dirigida por seu primeiro-ajudante. O primeiro chefe da CGG foi o geólogo norte-americano Orville Adelbert Derby, então diretor da Seção de Mineralogia e Geologia do Museu Nacional. Derby, que viera ao Brasil para acompanhar Charles Hartt na segunda Expedição Morgan, em 1871, também fora membro da Comissão Geológica do Império. O primeiro-ajudante de Derby na CGG foi o engenheiro Theodoro Fernandes Sampaio, responsável pela primeira expedição realizada pela CGG, através dos rios Itapetininga e Paranapanema.

Em 10 de abril de 1886, foi contratado o naturalista sueco Alberto Löfgren para, segundo as instruções de 7 de abril, encarregar-se dos trabalhos relativos aos outros ramos da História Natural.

MEMORANDUM

COMISSÃO GEOGRAPHICA E GEOLOGICA
DA
PROVINCIA DE S. PAULO.

Itapetininga 12 de Maio 1886

Ao Sr. *Del. Ant. Dr. Theodoro Sampaio*
1.º *Ajudante*

117. ALUNA, 25 DE SETEMBRO, 1950-55

Comunicação nº 1ª para seu conhecimento e fins convenientes que em officio de 6 de Maio communicou a Sr. Presidente da Província que o pessoal tecnico da Comissao entrou em exercicio nos seguintes termos:

<i>Dr. Theodoro Sampaio</i>	<i>nos dias 7 de Abril</i>
<i>Dr. Eram do de Paulo Amura</i>	<i>" " "</i>
<i>Dr. Luiz F. Souza de Campos</i>	<i>" 1 de Maio</i>
<i>Dr. J. F. Washington de Aguiar</i>	<i>" 4 " "</i>
<i>Dr. Alberto Löfgren</i>	<i>" 10 de Abril.</i>

O Sr. Löfgren foi nomeado com o titulo de Auxiliar com a remuneração mensal de cinco mil reis (50000).

A gratificação de folha da Comissao sendo contada pelo Sr. Sampaio na Província em virtude a folha do pessoal tecnico deve remunerar os dias de servico de cada um que serviu communicados em tempo.

Orville A. Derby

Documento de 1886, manuscrito por Orville Derby, nomeando os integrantes da CGG.

ACERVO: INSTITUTO GEOLOGICO/ISMA REPRODUÇÃO: JOSÉ ROSAEL

Instalada a República em 15 de novembro de 1889, criou-se a Superintendência de Obras Públicas (Decreto nº 6), ficando a CGG a ela subordinada como sua quarta seção, como indicado na Resolução nº 31 de 17 de março de 1890.

Em 1892, os decretos nº 28 e nº 58, respectivamente de 1º de março e 2 de maio, organizaram e regulamentaram a Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, criada através do artigo 4º da Lei nº 15 de 11 de novembro de 1891, sendo definidos como de sua atribuição, além de outros assuntos, aqueles pertinentes à CGG e ao Serviço Astronômico e Meteorológico. A partir de então, muito da evolução da CGG seguiu aquela da sua Secretaria.

Em 9 de fevereiro de 1892, Theodoro Sampaio foi substituído por Horace Williams, que veio contribuir para o aperfeiçoamento dos métodos geodésicos utilizados pela CGG.

Com a anexação à CGG das coleções do Museu do Estado em 1893, surgiu a oportunidade de se formar um núcleo para um Museu de História Natural. Esse fato propiciou a formação de uma seção de zoologia naquela instituição em 28 de fevereiro de 1893. Para chefiá-la, foi contratado o zoólogo alemão Hermann von Ihering.

O Congresso do Estado determinou instalar no monumento do Ipiranga o Museu do Estado, então denominado Museu Paulista, cessando, em 1894, sua ligação com a CGG e para ele se transferindo a Seção de Zoologia. Portanto, conforme consta do Decreto nº 513 de 31 de dezembro de 1897, a CGG voltou a ser reorganizada nas seções Geológica, Geográfica, de Botânica e Meteorologia.

Em 31 de dezembro de 1901, Löfgren solicitou a Derby a exoneração do cargo de chefe da Seção Meteorológica, “... em vista da impossibilidade material de poder dedicar-me com igual zelo, como requerem, às duas secções, hoje tão consideravelmente accrescidas e, de certo modo, heterogêneas. Igualmente rogo-Vos ponderar a necessidade de mais um ajudante superior em cada uma das secções e de um auxiliar jardineiro no Horto Botânico” (CGG, 1902).

Em 20 de janeiro de 1905, Derby pediu ao Secretário Carlos Botelho a exoneração de seu cargo de chefe da CGG para realizar, a convite do Ministro de Obras Públicas Miguel de Calmon, estudos geológicos na Bahia, tornando-se, em janeiro de 1907, o primeiro diretor do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil.

Derby legou ao Brasil uma grande área rigorosamente cartografada em folhas na escala de 1:100.000, publicadas a partir de 1889, e a coluna estratigráfica de São Paulo praticamente completa, graças aos trabalhos dos geólogos Luiz Felipe Gonzaga de Campos e Francisco de Paula Oliveira, primeiros graduados pela Escola de Minas de Ouro Preto.

A série Boletim iniciou sua publicação em 1889, com o primeiro número constituído da monografia de Derby: “*Retrospecto historico dos trabalhos geographicos e geologicos effectuados na Província de S. Paulo*”.

Em 1894, foi publicado o primeiro mapa do Estado de São Paulo pela CGG, intitulado “*Carta Progresso dos Trabalhos da Comissão Geographica e Geologica*”, apresentando a evolução cartográfica do Estado na época. No mesmo ano, foi editado o volume “*Plantas dos relatórios apresentados ao Secretário da Agricultura*”, juntamente com a Superintendência de Obras Públicas e Fazenda de São João da Montanha.

Palácio do Governo do Estado de S. Paulo

em 7 de abril de 1891

4a. Seção

no 112

Cidadão Alberto Löfgren

Tendo o Conselheiro Francisco de Paula Mayrink oferecido, em 23 de dezembro do ano findo, ao Governo do Estado o “Museu Sertório” e havendo o meu antecessor aceitado a valiosa e importantíssima doação, resolvi incumbir-vos da direção interina daquele estabelecimento, para que não continuem sob a guarda particular as coleções ali existentes, como succede, cabendo-vos propor o auxiliar de confiança de que precisardes, para os trabalhos de que estais encarregado.

Atendendo a que o serviço em questão é atualmente de natureza oficial, na presente data requisito do Inspetor do Tesouro do Estado um empregado dessa Repartição, que logo vos será apresentado e o qual deverá convosco proceder ao competente inventário dos objetos recebidos.

Para os devidos fins, remeto a lista enviada pelo representante do Conselheiro Francisco de Paula Mayrink, donde consta o que há no “Museu Sertório” e de acordo com a qual se fará o andamento. Saúde e fraternidade.

A. Brasiliense

741
Palacio do Governo do Estado de S. Paulo

em 7 de Abril de 1891

1ª Secção

N.º 112

Cidadão Alberto Loef-
gren.

Tendo o Conelheiro Francisco
de Paula Magalhães afferecido em
23 de dezembro do anno findo ao Govern
do Estado o "Museu Sertorio" e havendo
o meu antecessor accitado, a valiosa e im-
portantissima obra, reubi incumbir vos
da direcção interina daquelle estabelec-
imento, para que não continerdes sob a
guarda particular as colleccoes ali existen-
tes, como succedeis, sabendo-vos preferir a au-
xilias de confiança de que precisardes, pa-
ra o trabalho, de que estae encarregado.

Atendendo a que o servico em
questão e actualmente de natureza official,
na recente data requirido do Inspector do
Thesouro do Estado, um empregado dessa
Repartição, que logo vos sera apresentado e a
qual deveis com vosses proceder ao compe-
tente inventario dos objectos recebidos.

Para os devidos fins, remetto

lista enviada pelo representante do Conselho
Francisco de Paula Magalhães, dando conta
o que ha no "Município Sertão" e de acordo
em a qual se fará o andamento.

Saude e fraternidade.

A. Gonçalves

No ano de 1887, foram iniciados os trabalhos para a elaboração da rede de triangulação na cidade de Sorocaba, sendo em 1898 editado mapa com o título de “Esboço da Zona Triangulada”.

O Decreto nº 517 de 8 de janeiro de 1898 estabeleceu as instruções para o levantamento da zona limítrofe entre São Paulo e Minas Gerais, a ser executado pelas respectivas comissões técnicas dos dois Estados. A Comissão de Exploração Geográfica de Minas Gerais fora criada em 1891 e denominada Comissão Geográfica e Geológica no ano seguinte.

Pelos mapas do Estado de São Paulo representando os trabalhos executados até aquela época e expostos na *Universal Exposition* em Saint Louis (Estados Unidos), a CGG foi agraciada, através da Secretaria da Agricultura, com a medalha *Gold Medal Louisiana*, em 1904 (MEZZALIRA, 1967).

O engenheiro João Pedro Cardoso aceitou o desafio da nomeação para a chefia da CGG que exerceu de 24 de janeiro de 1905 a julho de 1925 e dela tornou-se Diretor até sua aposentadoria em agosto de 1931. Imprimiu à CGG um caráter mais acentuadamente geográfico, marcando, assim, uma nova fase da instituição.

Pelo Decreto 1.278 de 23 de março de 1905, foram aprovadas as instruções para o levantamento geográfico do extremo sertão do Estado. São da segunda fase da CGG os magníficos relatórios de exploração de rios (Tietê, Feio, Aguapéi, Paraná, Peixe, Ribeira do Iguape, Juqueriquerê e Grande), assim como os dos litorais norte e sul do Estado, acompanhados de mapas e fotografias.



Retorno da pesca. Salto de Urubupungá. In: CGG - 1911. Exploração do Rio Paraná

Em 1914, a CGG publicou a primeira planta da cidade de São Paulo, com o título de “Planta Geral da Cidade de São Paulo com indicações diversas”, na escala 1:20.000.

A série de mapas publicados em seis seções, com o título de “Carta dos Excursionistas do Estado de São Paulo”, foi editada no período de 1923-1927, abrangendo a região do Vale do Paraíba e arredores de São Paulo, indicando as vias férreas e rodovias. Assim, com as folhas topográficas e as folhas geológicas, as cartas dos excursionistas foram produzidas nas escalas 1:100.000 e 1:200.000, enquanto as cartas gerais e geológicas do Estado em escala 1:1.000.000 e 1:2.000.000.

O primeiro mapa apresentando a declinação magnética do Estado foi publicado em 1923, com a denominação de “Carta Izogônica do Estado de São Paulo”. A partir daquele ano, as cartas gerais do Estado já continham a indicação das divisas municipais. O primeiro mapa geológico do Estado de São Paulo foi publicado na escala ao milionésimo em 1929.

Em 1930 foi editado o Boletim 22, escrito em inglês, pelo geólogo norte-americano Chester Washburne, que relatou a pesquisa de petróleo no Estado, auxiliada grandemente pelos conhecimentos de Joviano Pacheco da CGG (PERIS, 1981).

A CGG participou da Exposição Nacional de 1908, que comemorou o *Primeiro Centenário da Abertura dos Portos do Brasil ao Commercio Internacional*, merecendo a medalha de ouro e diploma de outorga por seus inúmeros trabalhos, destacando-se as cartas gerais do Estado, representando sua parte física, hipsometria, extremo sertão, agricultura, instrução pública, indústria, comércio e

colonização, além de plantas topográficas e várias folhas geológicas, destacando-se as de São Roque, Rio Claro, Campinas, Jundiá e Itu, na escala 1:100.000. Foram também apresentados quadros com fotografias ampliadas das explorações dos diversos rios, coleções de relatórios e boletins publicados e uma coleção de 287 amostras de rochas, minerais e fósseis do Estado de São Paulo.

Ainda no âmbito nacional, João Pedro Cardoso organizou no Rio de Janeiro o Pavilhão de São Paulo para a *Exposição do Centenário da Independência*, em 1922, merecendo o Prêmio de Colaboração.

A projeção internacional da CGG pode ser avaliada por ter sido merecedora de medalha e diplomas pelos trabalhos expostos na *Esposizione Internazionale delle Industrie e del Lavoro* de Turim, em 1911, da medalha Crevaux da *Société de Géographie Commerciale* de Paris, em 1927, e do prêmio J. Janssen da *Société de Géographie* da França.

Cardoso foi representante do Estado de São Paulo nos acordos de divisas com os Estados de Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro, estendendo sua atuação em prol do Estado até 1937, com o acordo de Belo Horizonte nos governos de Armando de Salles Oliveira e Benedito Valadares.

Através dos anos, as seções da CGG foram sofrendo modificações, resultando na criação de órgãos específicos que, dentro do espírito de especialização que se desenvolveu no século XX, acabaram compartimentando as questões ambientais, separando-as daquelas da cultura e do desenvolvimento. Perdeu-se, de certa forma, a visão preservacionista que possuíam os naturalistas do final do século passado, a qual volta a ser preocupação neste final de século.

A Comissão Geográfica e Geológica foi muito importante por ser responsável pela introdução da dimensão científica no trato da Coisa Pública. Em matéria de Economia, vivíamos os anos de glória da cafeicultura, que induzia a ocupação das novas fronteiras agrícolas e o estabelecimento de um novo modelo de desenvolvimento. Em termos de Filosofia, participávamos do auge do Positivismo de Comte, que teve no Brasil um dos terrenos mais férteis para o seu desenvolvimento.

A CGG cumpriu sua principal função, que foi o levantamento das cartas geográfica, geológica e topográfica de São Paulo. Além dos levantamentos em áreas limítrofes com Minas Gerais, foram sendo executados aqueles para demarcação das divisas com Paraná e Rio de Janeiro. Ainda sob a chefia de Derby, aproximadamente a quarta parte da área do Estado estava coberta com o levantamento do solo para a cafeicultura (*terra roxa*).

A CGG publicou as cartas gerais do Estado, com atualizações sucessivas em função dos resultados das expedições ao longo dos principais rios paulistas. Para a prospecção mineral, analisou rochas, minerais, minérios de ferro e manganês, carvão do Paraná, níquel de Minas Gerais e óxidos de zircônio da Serra de Caldas.

A partir de 1921, a CGG acompanhou as sondagens para petróleo realizadas pelo Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil. Com a Lei 2.219 de 9 de dezembro de 1927, seus serviços foram ampliados no sentido de também desenvolver o estudo e aproveitamento do subsolo do Estado, visando à pesquisa e exploração de minas e jazidas, com ênfase na exploração do petróleo e da apatita, mineral aplicado como corretivo de solo.

Em 3 de setembro de 1927, com a Reforma Fernando Costa, há o desdobramento da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em Secretaria de Viação e Obras Públicas e Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, passando a CGG a uma repartição anexa desta última. Em 8 de agosto de 1931 a CGG foi transferida para a Secretaria de Viação e Obras Públicas e, quatro dias depois, foi extinta pelo Decreto 5.161 de 12 de agosto, criando-se um departamento com a denominação de Diretoria de Serviços Públicos e da Carta Geral do Estado, que incorporou os serviços geográficos e geológicos da CGG. Entretanto, o *Serviço de Estudo e Aproveitamento das Jazidas de Apatite* continuou subordinado à Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio (MARTINS, 1991).

A CGG existiu durante 45 anos, embora alguns de seus serviços já houvessem sido transferidos para outras instituições antes de sua extinção. Destaca-se, entretanto, que a Secretaria da Agricultura deteve, entre seus órgãos administrativos, os então Departamento de Zoologia, Serviço Florestal, Instituto de Botânica e Instituto Geográfico e Geológico que, direta ou indiretamente se ligaram à CGG.



Anverso das medalhas conferidas à CGG. Acima, à esquerda: Gold Medal Louisiana - Purchase Exhibition (1904); à direita: Exposição Nacional - 1º Centenario da Abertura dos Portos do Brazil ao Commercio Internacional (1908). No centro: Prix J. Janssen (s.d.). Abaixo, à esquerda: Esposizione Internazionale delle Industrie e del Lavoro (1911); Medaille Crevaux (1927). O diâmetro da medalha do centro é de 68 mm.



Reverso das medalhas conferidas à CGG, respeitando-se a disposição observada na foto anterior.

A EVOLUÇÃO DAS INSTITUIÇÕES

A parte relativa à Meteorologia do **Instituto Astronômico e Geofísico da Universidade de São Paulo** originou-se na Seção de Meteorologia da CGG. Em 1899, ainda dentro desta seção, o serviço meteorológico veio a adquirir maior autonomia com sua reorganização (Lei nº 678) e, finalmente, em 1907, foi desligado da CGG, sendo anexado à Diretoria da Agricultura, com o nome de Seção Meteorológica, subordinada à Secretaria da Agricultura Comércio e Obras Públicas (Decreto nº 1.459). Sua real autonomia, no entanto, foi adquirida em 1911, com a reorganização dessa Secretaria (Decreto nº 1992-A), quando passou de Seção Meteorológica para Serviço Meteorológico.

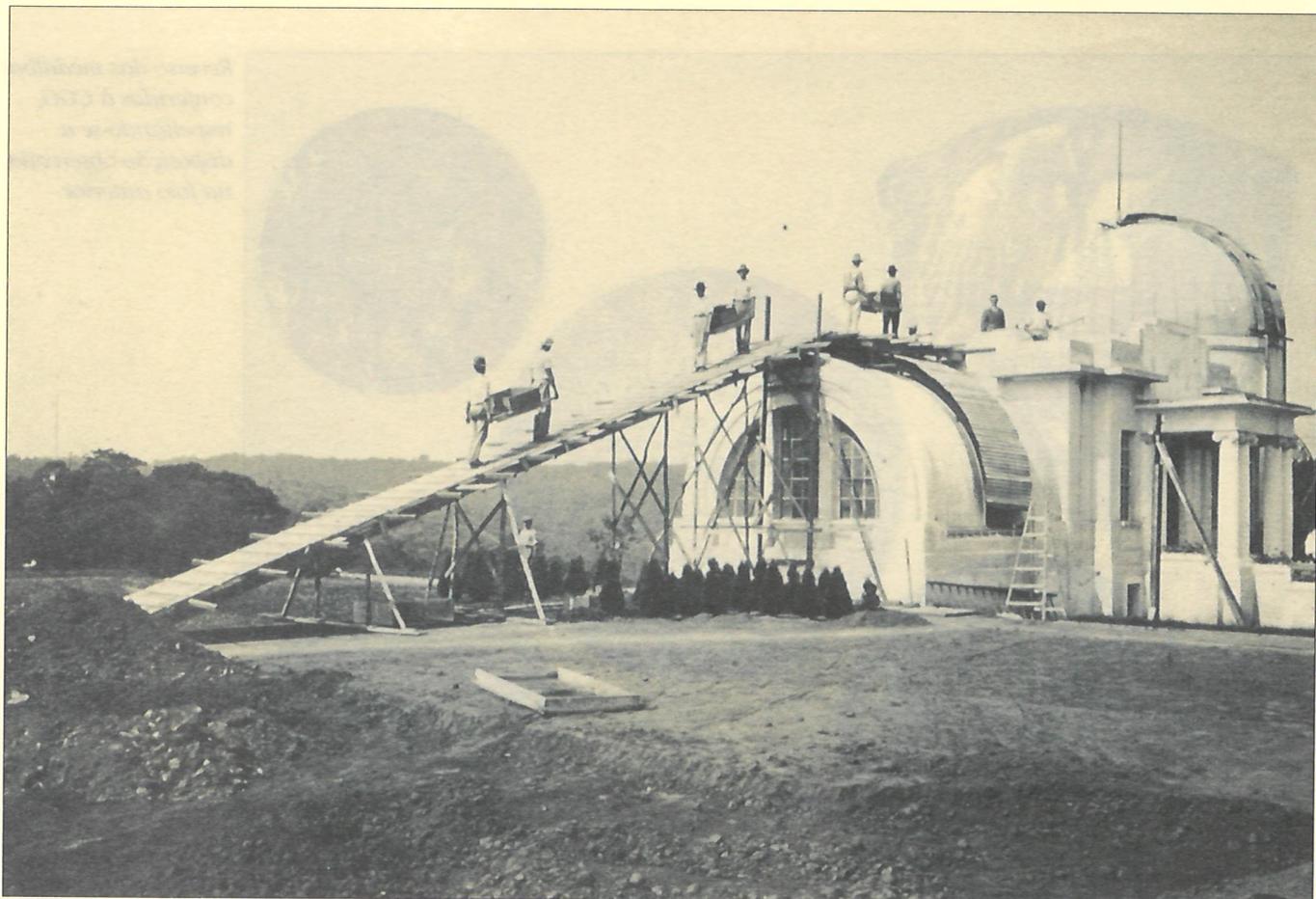
A parte relativa à Astronomia surge, em 1912, com a inauguração do Observatório de São Paulo, na avenida Paulista, mas a diretoria do Serviço Meteorológico e Astronômico do Estado de São Paulo só foi criada em 1927 (Lei nº 2.261), ainda sob a égide da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio. Três anos depois, este Serviço foi anexado à Escola Politécnica de São Paulo (Decreto nº 4788), passando a denominar-se Instituto Astronômico e Geofísico e, com tal denominação voltou à Secretaria de Agricultura.

Em 1931, ano da extinção da CGG, o Instituto Astronômico e Geofísico fundiu-se com o Serviço Geográfico e Geológico da Diretoria de Serviços Públicos e da Carta Geral do Estado, para constituir o Instituto Astronômico e Geográfico (Decreto nº 5.320), subordinando-se, então, à Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado. Com a criação da Universidade de São Paulo em 1934 (Decreto nº 6.283), veio a ela incorporar-se como Instituto Complementar.

O Instituto Astronômico e Geográfico foi extinto pelo Decreto nº 7.309 de 5 de julho de 1935. Os decretos nº 7.328 e nº 7.329 da mesma data organizaram o Departamento Geográfico e Geológico e o Instituto Astronômico e Geofísico que retomou, portanto, sua antiga denominação. Nesse desdobramento, a parte referente à rede meteorológica do antigo Instituto Astronômico e Geográfico passou a constituir a Seção de Hidrologia e Climatologia do Departamento Geográfico e Geológico que, mais tarde, se transformaria no Instituto Geográfico e Geológico.

O Instituto Astronômico e Geofísico veio a se instalar no novo Observatório Astronômico, junto à Estação Meteorológica do Parque do Estado no Bairro da Água Funda, onde ainda se encontram. Esta última, embora continuasse a fazer parte da rede de estações, deixara de ser a Estação Central.

Pelo Decreto nº 7.329 coube ao Instituto Astronômico e Geofísico a atribuição da organização do Serviço Aerológico (observações de ventos de altitude) do Estado e a realização de estudos de meteorologia dinâmica, o que, entretanto, não chegou a ser concretizado.



Prédio em construção, pertencente ao conjunto arquitetônico do Instituto Astronômico e Geofísico. Foto de 1933.

Em 1946, o Instituto Astronômico e Geofísico, então subordinado à Secretaria da Educação e Saúde Pública, incorporou-se à Universidade de São Paulo como Instituto Anexo (Decreto nº 16.622) e, em 1972, tornou-se uma Unidade com três Departamentos: Astronomia, Geofísica e Meteorologia (Decreto nº 52.907). Exceção feita ao Departamento de Meteorologia que, a partir de 1991, passou a denominar-se Departamento de Ciências Atmosféricas, os outros mantêm suas denominações até hoje.

O **Instituto Geológico da Secretaria do Meio Ambiente** e o **Instituto Geográfico e Cartográfico da Secretaria de Economia e Planejamento** derivaram-se do Departamento Geográfico e Geológico, que resultara das reformas ocorridas em 5 de julho de 1935.

Em 1938, o Departamento Geográfico e Geológico foi convertido em Instituto Geográfico e Geológico (Decreto nº 9.871). Com esta organização, seguiu realizando trabalhos fundamentais nas áreas de Geologia, Geodésia e Cartografia, preservando boa parte do acervo científico e histórico da CGG.

Por sua vez, a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio sofreu novo desmembramento em Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio e Secretaria da Agricultura, como apresentado no Artigo 9º do Decreto nº 16.440 de 6 de dezembro de 1946.



Sede do Instituto Geográfico e Geológico, localizada na Rua Brigadeiro Luiz Antonio nº 1892. Foto de 1937

Com os trabalhos da CGG, reuniu-se uma ampla coleção de material geológico, que foi enriquecida pelas pesquisas do Instituto Geográfico e Geológico e pela doação de instituições e pessoas físicas, surgindo, assim, em 04 de novembro de 1967, o Museu Geográfico e Geológico do Estado, que inicialmente funcionou na Rua Antonio de Godoy, na Capital.

O Instituto Geográfico e Geológico foi transferido para a Secretaria de Economia e Planejamento em 15 de março de 1975 (Decreto nº 5.926) e extinto no mesmo ano, em 26 de setembro (Decreto nº 6.822). O acervo, o pessoal e os equipamentos da Divisão de Geografia do Instituto permaneceram na Secretaria de Economia e Planejamento como Divisão Geográfica da Coordenadoria de Ação Regional. Todo o restante da estrutura foi suporte para a criação do Instituto Geológico da Secretaria da Agricultura, assumindo todos os trabalhos nas áreas de Geologia e Geodésia.

Em 1979, a Divisão Geográfica da Secretaria de Economia e Planejamento foi transformada em Instituto Geográfico e Cartográfico (Decreto nº 13.413), prosseguindo os trabalhos que já realizava nas áreas de Geografia, Cartografia, Gerenciamento e dando suporte técnico à divisão administrativa e territorial do Estado.

A Secretaria do Meio Ambiente foi criada pelo Decreto nº 24.932 de 24 de março de 1986, que instituiu o Sistema Estadual do Meio Ambiente. Em 1987, os institutos de Botânica, Florestal e Geológico, além da Fundação Florestal, foram transferidos para esta pasta (Decreto nº 26.942), terminando, assim, a vinculação de mais de 100 anos de várias das unidades originárias da CGG com a Secretaria da Agricultura.

O Instituto Geológico foi reorganizado, em 1986 e 1987, respectivamente pelos decretos nº 24.931 e nº 26.861.

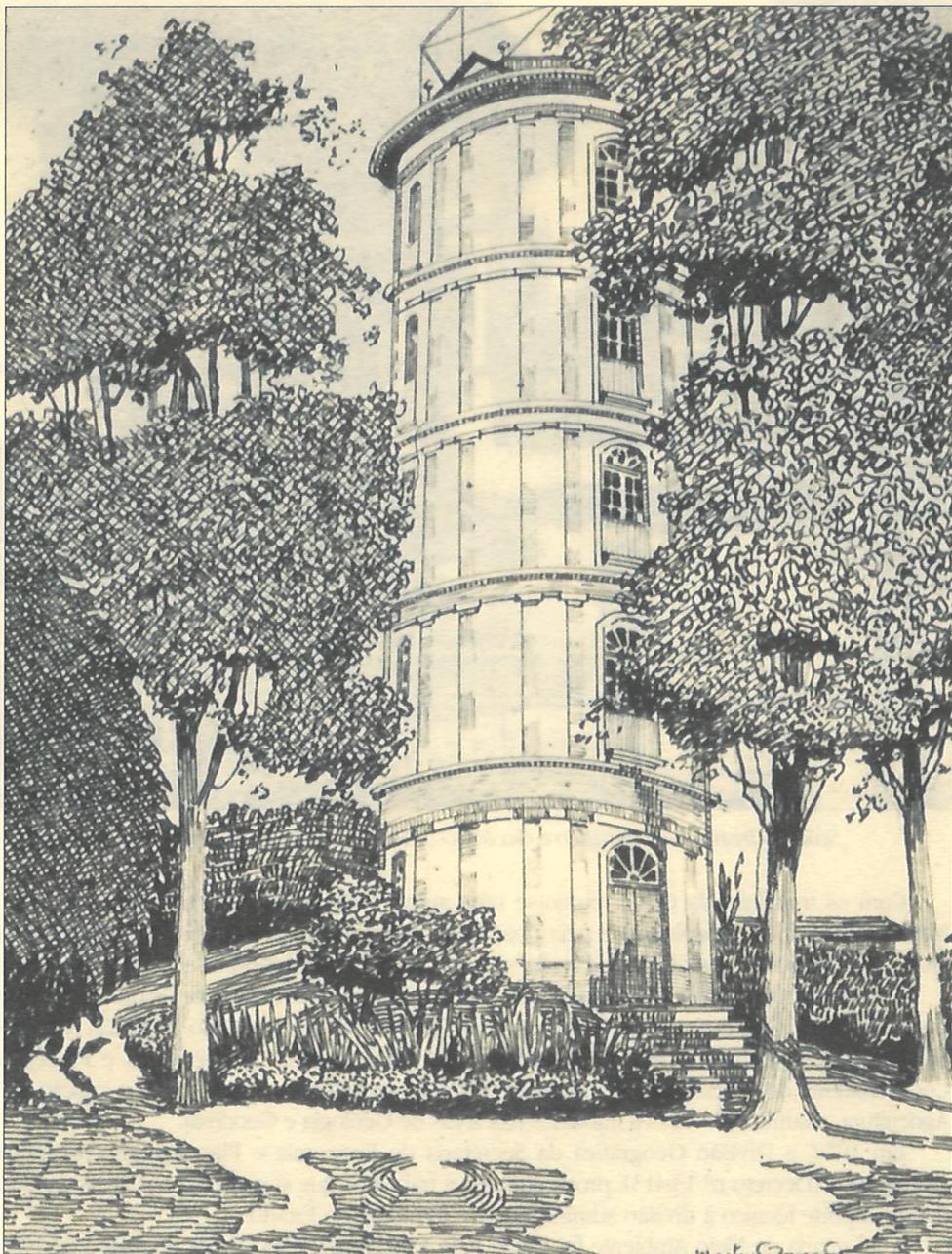
O **Centro Tecnológico de Hidráulica e Recursos Hídricos da Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras** teve origem com a instalação dos primeiros instrumentos no quintal da residência de Alberto Löfgren, na Capital. Ainda no século XIX estas instalações transformaram-se numa pequena e bem cuidada rede que, aos poucos, foi se expandindo. Essa ampliação se deu em função do desenvolvimento agrícola e do surgimento de dezenas de novas cidades no centro e no oeste do Estado, apoiando-se na estrutura das ferrovias que se prolongavam pelas novas fronteiras agrícolas.

Depois de pertencer à CGG, à Rede Hidrográfica passou por várias instituições, entre as quais o Instituto Geográfico e Geológico até que, finalmente, com a criação do Departamento de Águas e Energia Elétrica em 1951 (Lei nº 1.350), passou a fazer parte dessa nova autarquia, ligada ao Serviço de Pesquisas Hidráulicas. A partir de 1970, ano em que esse serviço se transformou no Centro Tecnológico de Hidráulica e Recursos Hídricos (Decreto nº 52.543), a operação e a manutenção da rede hidrográfica, hoje uniformemente distribuída por todo o território paulista, ficou sob sua responsabilidade.

O **Instituto Florestal da Secretaria do Meio Ambiente** originou-se na Seção de Botânica da CGG, chefiada por Alberto Löfgren, que também fora responsável pela Seção de Meteorologia. Löfgren, além do estudo da flora e das condições climáticas, preocupava-se com a coleta de material botânico para o Herbário da CGG, dando ênfase à ecologia dos ecossistemas e à coleta de sementes para experimentação científica. Iniciou estudos no campo da agrostologia, das plantas tóxicas, medicinais e aquelas voltadas para o interesse industrial (plantas produtoras de madeira, tintórias, resinosas, gomosas, fibrosas, entre outras). Aproveitou as excursões e os experimentos para desenvolver estudos sobre a Entomologia e a Fitopatologia, além de recolher material para as coleções de História Natural.

Em 1888, após a morte do diretor do Jardim da Luz, Capitão Antonio Bernardo Quartim, e sucedendo Frederico Albuquerque, Löfgren, ainda no comando da Seção Botânica da CGG, assumiu a direção daquele Jardim, propondo sua transformação em Jardim Botânico e Zoológico, ocorrida em 1889 (GUILLAUMON, 1989).

Em função da passagem do Jardim Botânico e Zoológico para a esfera municipal em 1893, graças à soma dos esforços de Löfgren, Derby e Francisco de Paula Ramos de Azevedo, foi declarado de utilidade pública um terreno no sopé da Serra da Cantareira, nas terras do engenho Pedra Branca, a ser desapropriado para instalação do Horto Botânico, com campos de experimentação e serviço florestal (Decreto nº 335 de 1896). A Lei nº 678 de 13 de setembro de 1899, que organizou o Serviço Agrônômico do Estado, autorizou o Governo a prover o Horto Botânico, dirigido por Löfgren, dos meios precisos para que pudesse atender, na medida conveniente, ao serviço florestal.



Bico de pena, da autoria de Martim Jesus, reproduz o Canudo do Doutor João Theodoro, apelido dado por Castro Alves à torre cilíndrica de 20 m, onde esteve instalado o posto meteorológico central da CGG. Reformada em 1874, a torre já estava abandonada e fechada ao público em 1892, sendo derrubada oito anos depois (FREIRE, 1986).



Aquarela, de autoria de Alfredo Norfina, de 1929. Engenho Pedra Branca, sede da área desapropriada em 1886 pelo Governo da Província de São Paulo para a implantação do Horto Botânico, hoje Instituto Florestal, onde atualmente se localiza o Palácio de Verão do Governador, no Parque da Capital.

ACERVO: INSTITUTO FLORESTAL/SMA. REPRODUÇÃO: LUIZ BARRETO

Com a Reforma Carlos Botelho, em 1907 (Decreto nº 1.459), a Seção de Botânica da CGG transformou-se na Seção Botânica da Diretoria da Agricultura. O Horto Botânico passou para Horto Botânico e Florestal em 1909 (Decreto nº 1.749), quando foi extinta a Seção de Botânica da Diretoria da Agricultura. Löfgren foi, então, substituído por Gustav Edwall, que entrou para a CGG em 31 de dezembro de 1897.

Uma nova reforma atingiu a instituição em 1911 (Decreto nº 2.034), transformando-a, agora, no Serviço Florestal do Estado. Em 1934, com a criação da Universidade de São Paulo (Decreto nº 6.283), o Serviço Florestal e outras instituições de caráter técnico-científico do Estado foram considerados extensão dela. A estrutura do Serviço Florestal vigorou até 1970, quando passou a se denominar Instituto Florestal, da Secretaria da Agricultura (Decreto nº 52.370). Estávamos no auge da política florestal brasileira, quando foram estabelecidos os incentivos fiscais para o reflorestamento e esta nova reformulação visava reforçar sua face de instituição de pesquisa e se adaptar às necessidades daquele momento.

A **Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo**, conhecida como Fundação Florestal e subordinada à Secretaria do Meio Ambiente, nasceu através do Instituto Florestal, 52 anos após a extinção da CGG.

Os estudos iniciais para a proposta de criação desta Fundação iniciaram-se em 1983, no Instituto Florestal (Portaria IF de 30 de abril), mas somente em 1986 foi promulgada a Lei nº 5.208 que autorizava o Poder Executivo a instituí-la, subordinada à Secretaria da Agricultura e Abastecimento. Sua regulamentação deu-se quase três meses depois. O ato da assinatura desse regulamento ocorre com a presença do próprio Governador do Estado em cerimônia pública realizada na sede do Instituto Florestal, no dia 27 de setembro, durante as comemorações da Semana da Árvore, ocasião em que foi anunciada a composição de seu primeiro conselho de curadores.

A passagem, tanto do Instituto Florestal, quanto da Fundação Florestal, para a Secretaria do Meio Ambiente ocorreu em 1º de abril de 1987 (Decreto nº 26.942).

O **Instituto de Botânica da Secretaria do Meio Ambiente** não teve origem na CGG, mas está diretamente ligado a ela através do herbário, que abriga em seu acervo as coleções da CGG, do Museu Paulista e do Herbário Oswaldo Cruz.

A instituição originou-se da Seção de Botânica do Instituto Butantan, criado em 1917, para realizar estudos com plantas medicinais e desenvolver o Horto e Herbário Oswaldo Cruz, sob a chefia de Frederico Carlos Hoehne. Naquela época, as coleções vivas de plantas medicinais, iniciadas e implantadas no Horto da Cantareira por Löfgren, foram levadas para o Horto Oswaldo Cruz.

Em 1918, a Seção de Botânica assumiu a direção da Estação Biológica do Alto da Serra de Paranapiacaba, cuja fundação se deveu ao esforço pessoal de Hermann von Ihering (TEIXEIRA, 1988).

Em 1923, a Seção de Botânica foi transferida para o Museu Paulista, embora tenha funcionado no mesmo local até 1925, ficando a ela anexado o antigo Horto Botânico situado nos fundos do Museu.

Em 1928, a Seção de Botânica foi para o recém-criado Instituto Biológico da Secretaria da Agricultura como Primeira Seção de Botânica e Agronomia, continuando Hoehne como seu chefe, ficando responsável pelos 573 ha do Parque do Estado (Parque das Fontes do Ipiranga), na Água Funda.

Em 1934, com a reforma do Instituto Biológico, a instituição passou a denominar-se Serviço de Botânica e Agronomia. Naquele mesmo ano, o Instituto Biológico passou a ser considerado como extensão da Universidade de São Paulo (Decreto nº 6.283).

A Seção de Botânica foi elevada ao nível departamental em 1938 (Decreto nº 9.715), quando desmembrada do Instituto Biológico como Departamento de Botânica do Estado, vinculado à Secretaria da Agricultura. Hoehne permaneceu como seu diretor até sua aposentadoria, em 1952.

A denominação Instituto de Botânica ocorreu em 1942 (Decreto-Lei nº 12.499).

O **Museu Paulista da Universidade de São Paulo**, popularmente conhecido como Museu do Ipiranga, teve sua origem nas coleções do Museu Sertório, doadas ao Estado no final de 1890 pelo Conselheiro Francisco de Paula Mayrink. Estas coleções, juntamente com os objetos existentes em uma das salas do Palácio do Governo, então no Pátio do Colégio, constituíram o Museu do Estado.

Em 1893, a CGG assumiu, provisoriamente, a responsabilidade da organização do acervo e sua ampliação, que estivera sob a direção interina de Alberto Löfgren a partir de 7 de abril de 1891.

Ao final de março de 1893, o Museu foi transferido para um prédio localizado na Rua da Consolação nº 91, onde também se instalou o escritório da CGG. Em 29 de agosto do mesmo ano, o Museu do Estado recebeu a denominação de Museu Paulista, desvinculando-se da CGG. Sua direção passou ao zoólogo alemão Hermann von Ihering em 1894, que imprimiu ao Museu traços do modelo europeu.

Em 1895, ao ser inaugurado no Ipiranga, o Museu Paulista assumiu o perfil de um museu de História Natural, tendo ampliado consideravelmente suas áreas de Zoologia e Botânica nas suas duas primeiras décadas, com pesquisas de campo e coletas de material.

A coleção das exsicatas, que constituiu o Herbário da CGG, passou do Horto Botânico e Florestal para o acervo do Museu Paulista.

Na gestão de Afonso d'Escagnolle Taunay, que assumiu a direção do Museu em 1917, o perfil da instituição mudou substancialmente com a criação da Seção de História Nacional e Etnografia, em 1922. Em 18 de abril de 1923, foi criado na cidade de Itu (Interior do Estado) o Museu Republicano "Convenção de Itu", anexo àquela Seção.

A reforma de 1925 reestruturou o Museu Paulista nas seções de História Nacional e, especialmente, de São Paulo, de Zoologia e de Botânica (Decreto nº 3.871). Foram mantidos como dependências complementares o Horto do Museu Paulista e a Estação Biológica do Alto da Serra. Em 1927, a Seção de Botânica foi transferida para o Instituto Biológico da Defesa Agrícola e Animal. Por sua vez, as coleções zoológicas foram transferidas para o Departamento de Zoologia da Secretaria da Agricultura, em 1939 (Decreto nº 9.918), deixando o Museu Paulista de ser um museu de história natural.



Horto dos fundos do Museu Paulista. In: HOEHNE, F.C. - 1925. Álbum da Seção de Botânica do Museu Paulista e suas dependências.

REPRODUÇÃO: JOSÉ ROSAEL



Palácio, Secretaria de Governo e Igreja do Colégio. In: Álbum Comparativo da Cidade de São Paulo - 1862-1887, do fotógrafo Militão de Azevedo.

ACERVO: MUSEU PAULISTA USP. REPRODUÇÃO: JOSÉ ROSAEL

Em 1946, o Decreto-Lei nº 16.565 reformulou o Museu Paulista em quatro seções técnico-científicas - História, Etnologia, Numismática, Documentação Lingüística, além da Seção de Biblioteca, Arquivo e Publicações.

Em 1963, a Lei nº 7.843 transferiu o Museu Paulista da Secretaria da Educação e Saúde Pública para a Universidade de São Paulo, que anteriormente o abrigara como instituto complementar. Em 1967, foi atribuída ao Museu a função de Instituto de Antropologia e História. No âmbito da Antropologia, foram caracterizadas duas áreas de estudo: Arqueologia e Etnologia.

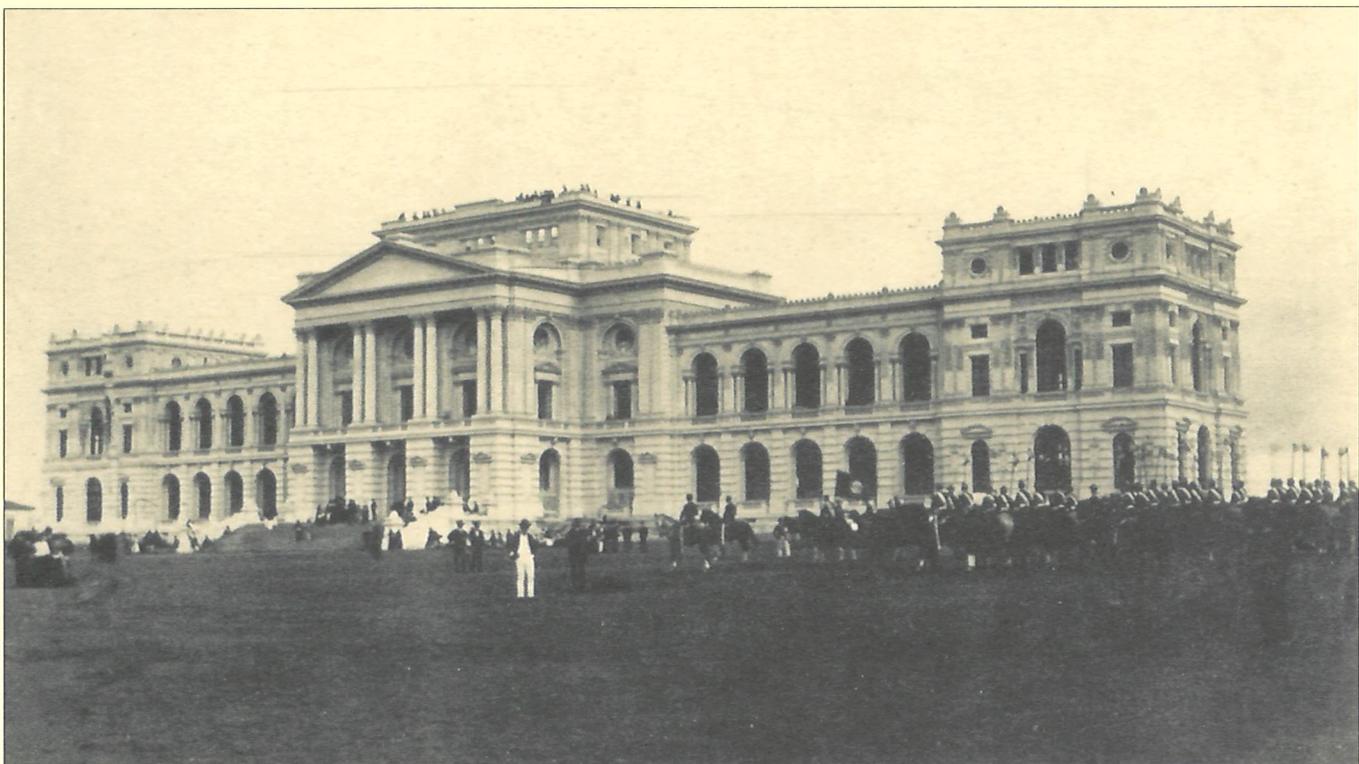
Em 1970, na Gestão Mário Neme, foi criado o Centro Regional de Pesquisas Arqueológicas no Município de Piraju (Lei Municipal 715 de 10 de dezembro).

Em meados de 1984, foram criadas três equipes técnico-científicas: Arqueologia, Etnologia e História, e definidas as curadorias das respectivas coleções. Em 1989, suas coleções de Arqueologia e Etnologia foram transferidas para o Museu de Arqueologia e Etnologia, que se reestrutura com sede na Cidade Universitária.



REPRODUÇÃO: JOSÉ ROSAEL

Solar dos Prados, na Rua da Consolação nº 91, sede da CGG e do Museu do Estado, de 1893 a 1895. Ao fundo, aparece a Igreja da Consolação, ainda sem a torre que hoje apresenta. In: Paulistânia, janeiro-junho 1954 (Documentário nº 50)



ACERVO: MUSEU PAULISTA USP. REPRODUÇÃO: JOSÉ ROSAEL

Museu Paulista, inaugurado em 1895. O ajardinamento somente veio a ser realizado entre 1907 e 1909. A foto original pertence à coleção de Tommaso Gaudenzio Bezzi, arquiteto italiano idealizador do prédio do museu.

O **Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo** teve origem no Museu Paulista. Foi resultado da reforma de 1939 (Decreto nº 9.918), que determinou a transferência de todo o acervo zoológico do Museu Paulista para o recém-criado Departamento de Zoologia da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio. Finalmente, em 1969, o Departamento foi incorporado à Universidade de São Paulo com a denominação de Museu de Zoologia (Decreto-Lei nº 98).

O **Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo** teve seu núcleo inicial no Museu de Arte e Arqueologia, criado pelo Decreto nº 43.461 de 1964, cujo acervo era específico da área de Arqueologia Clássica, com coleções provenientes de doações de museus italianos, através de negociações intermediadas por Francisco Matarazzo Sobrinho. A esse núcleo foram acrescentadas as coleções Egípcia e Médio-Oriental, Pré-Colombiana e Brasileira, além das Coleções Etnográficas Africanas e Afro-Brasileiras. Com os estatutos da Universidade de São Paulo de 1969 (Decreto nº 52.326), o Museu passou a se chamar Museu de Arqueologia e Etnologia.

A partir de 1983, em função dos trabalhos de escavações de seus pesquisadores, o Museu de Arqueologia e Etnologia passou a implementar acervos regionais em museus já existentes, introduzindo a temática da Arqueologia e enriquecendo suas coleções com os produtos destas pesquisas, inserindo-os num processo de educação patrimonial para as comunidades regionais destes municípios. Isto vem ocorrendo, de maneira sistemática, em Iguape e encontra-se em vias de implementação nos Municípios de Peruíbe, Ubatuba, Cubatão e Monte Alto.

Com a Resolução nº 3.560 de 1989, foram integrados ao Museu de Arqueologia e Etnologia, o Instituto de Pré-História, os setores de Arqueologia e Etnologia do Museu Paulista - inclusive o Centro Regional de Pesquisas Arqueológicas de Piraju, e o Acervo Plínio Ayrosa, do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, este último com precioso material sobre a Etnologia Brasileira. Nesse processo, foram integrados os corpos docente, técnico e administrativo das referidas instituições, bem como seus acervos arqueológicos e etnográficos.

O Instituto de Pré-História havia sido criado em 1962 (Decreto nº 41.222) com objetivo de preservar, estudar e divulgar os vestígios dos grupos humanos pré-históricos, atividade que havia sido iniciada pela Comissão de Pré-História e Etnologia de São Paulo, liderada por Paulo Duarte.

O Centro de Pesquisas Arqueológicas de Piraju, denominado Centro Regional de Pesquisas Arqueológicas Mário Neme, em 1973, tem-se preocupado, conjuntamente com a Prefeitura local, com a proteção do importante patrimônio arqueológico existente naquela região, reunindo o acervo local num museu regional que o pudesse tratar e classificar dentro de critérios científicos, divulgando-o junto à população.

TRABALHOS E MAPAS EDITADOS PELA COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA - CGG

SÉRIE BOLETIM

- DERBY, O.A. Retrospecto histórico dos trabalhos geographicos e geologicos effectuados na provincia de São Paulo. São Paulo, CGG 1889. 26p. (Boletim 1)
- OLIVEIRA, F.P. Reconhecimento geológico do valle do rio Paranapanema. São Paulo, CGG, 1889. 39p. (Boletim 2)
- CGG. Dados climatológicos dos annos de 1887 e 1888. São Paulo, 1889. (Boletim 3)
- SAMPAIO, T.F. Considerações geographicas e economicas sobre o valle do rio Paranapanema. São Paulo, CGG. 1890. 73p. (Boletim 4)
- LÖFGREN, A. Contribuição para a flora paulista: região campestre; memória das excursões botanicas de 1887, 1888 e 1889. São Paulo, São Paulo, CGG, 1890. 51p. (Boletim 5)
- CGG. Dados climatológicos do anno de 1889. São Paulo, 1890. (Boletim 6)
- HUSSAK, F.E. Contribuições mineralogicas e petrographicas. São Paulo, CGG. 1890. 40p. (Boletim 7)
- CGG. Dados climatológicos do anno de 1890. São Paulo, 1891. (Boletim 8)
- LÖFGREN, A. Os sambaquis de São Paulo. São Paulo, CGG, 1893. 59p. (Boletim 9)
- LÖFGREN, A. Ensaio para uma synonymia dos nomes populares das plantas indigenas do Estado de São Paulo. São Paulo, CGG, 1895. 115p. (Boletim 10)
- LÖFGREN, A. Ensaio para uma distribuição dos vegetais nos diversos grupos florísticos no Estado de São Paulo: Índice das plantas do herbário da Commissão, cultivadas no jardim da Commissão. São Paulo, CGG, 1896. 230p. (Boletim 11)
- LÖFGREN, A. Flora paulista: I. Família Compositae. São Paulo, CGG. 1897. 496p. (Boletim 12)
- EDWALL, G. Flora Paulista: II. Famílias Solanaceae e Scrophulariaceae. São Paulo, CGG, 1897. 221p. (Boletim 13)
- LÖFGREN, A. Flora paulista: III. Famílias Campanulaceae, Cucurbitaceae e Calyceraceae: Série Agregatae, família Valerianaceae. São Paulo, CGG, 1897. 129p. (Boletim 14)
- EDWALL, O. Flora Paulista: IV. Família Myrsinaceae. São Paulo, CGG, 1905, 45p. (Boletim 15)
- EDWALL, O. Ensaio para uma synonymia dos nomes populares das plantas indigenas do Estado de São Paulo: 2a. parte. São Paulo, CGG, 1906, 70p. (Boletim 16)
- CGG. Dados climatológicos do anno de 1903. São Paulo, 1906. (Boletim 17)
- CGG. Dados climatológicos: verão de 1905-1906. São Paulo, 1906. (Boletim 18)
- CGG. Dados climatológicos: outono de 1906. São Paulo, 1906. (Boletim 19)
- CGG. Dados climatológicos: inverno de 1906. São Paulo, 1906. (Boletim 20)
- CGG. Dados climatológicos: primavera de 1906: São Paulo, 1906. (Boletim 21)
- WASHBURNE, C.W. Petroleum geology of the State of São Paulo-Brasil: São Paulo, CGG, 1930. 282p. (Boletim 22)

RELATÓRIOS - EXPLORAÇÕES DE RIOS

- CGG. Exploração dos rios Itapetininga e Paranapanema, por T.F. Sampaio. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889. 14p.
- CGG. Exploração do rio Tietê: barra do rio Jacaré-Guassu ao rio Paraná... 3a. edição. São Paulo, 1930. 18p.
- Exploração dos rios Feio e Aguapehy: extremo sertão do Estado. 2a. edição. São Paulo, 1910. 26p.
- CGG. Exploração do rio Paraná: I. Barra do rio Tietê ao rio Parnayba; II. Barra do rio Tietê ao rio Paranapanema. 2a. edição. São Paulo, 1911. 24p.
- CGG. Exploração do rio do Peixe... 2a. edição. São Paulo, 1913. 16p.
- CGG. Exploração do rio Ribeira de Iguape... 2a. edição, São Paulo, 1914. 34p.
- CGG. Exploração do rio Juqueriquerê... 2a. edição. São Paulo, 1919.
- CGG. Exploração do rio Grande e seus afluentes; São José dos Dourados. São Paulo, 1913. 44p.
- CGG. Exploração do littoral, 1a. Secção: cidade de Santos à fronteira do Estado do Rio de Janeiro... São Paulo, 1915. 21p.
- CGG. Exploração do littoral, 2a. Secção: cidade de Santos a fronteira do Estado do Paraná. São Paulo, 1920. 13p.
- CGG. Plantas dos relatórios apresentados a Jorge Tibiriça por José Pereira Rebouças e outros. São Paulo, 1894.
- CGG. Exploração da região comprehendida pelas folhas topographicas: Sorocaba, Itapetininga, Bury, Faxina, Itaporanga, Sete Barras, Capão Bonito, Ribeirão Branco e Itararé. São Paulo, 1927. 12p.
- CGG. Exploração da região comprehendida pelas folhas topographicas: Taubaté, Lorena, Bananal e Cunha. São Paulo, 1928. 6p.

PERIÓDICOS

- BOLETIM PLUVIOMÉTRICO, São Paulo, CGG/IGG nº 1-3, 1888/40, 1942-1943.
- DADOS CLIMATOLÓGICOS, São Paulo, CGG, 1891-1896, 1898-1902.

BOLETIM METEOROLÓGICO, São Paulo, Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, Serviço Meteorológico, 2a. Série, nº 1-28, nº 33-39, 1904, 1907-1911, 1916, 1918, 1920, 1925, 1927.

RELATÓRIO, São Paulo, CGG, 1886, 1888, 1892, 1894, 1904-1930.

MAPAS

CGC. Carta Progresso da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo. São Paulo, 1894, 1907, 1:4.500.000, 1:2.000.000.

CGC. Esboço da zona triangulada. São Paulo, 1898. 1:1.000.000.

CGC. Estado de São Paulo: Folhas topográficas. São Paulo, 1899-1929. 1:1.000.000. 51 mapas.

CGC. Folhas geológicas: Campinas, Itu, Jundiahy, Pindamonhangaba, Piracicaba, Rio Claro. São Paulo, 1907-1919. 1:100.000.

CGC. Carta geológica do Estado de São Paulo. São Paulo, 1929. 1:1.000.000.

CGC. Carta geral do Estado de São Paulo, mostrando todos os trabalhos da Comissão Geográfica e Geológica. São Paulo, 1929. 1:2.000.000.

CGC. Carta geral do Estado de São Paulo. São Paulo, 1908, 1910, 1912, 1913, 1915, 1920, 1923, 1926, 1928, 1930. 1:1.000.000.

CGC. Planta geral da cidade de São Paulo, com indicações diversas. São Paulo, 1914. 1:20.000.

CGC. Carta izogônica do Estado de São Paulo, mostrando as declinações magnéticas em 19/7/22. São Paulo, 1923. 1:2.000.000.

CGG. Carta dos excursionistas do Estado de São Paulo; I Seção, São Paulo, São Roque; II Seção, Campinas, Moji Mirim, Itapira; III Seção, Casa Branca, Mooca, Sta. Rita do Passa Quatro, Piraçununga; IV Seção, Caçapava, Taubaté, Pindamonhangaba, Guaratinguetá; V Seção, Tatuí, Jaú, São Carlos e arredores. 1923-33. 1:200.000.

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO

A Secretaria de Economia e Planejamento foi reorganizada pelo Decreto 13.413, de 13 de março de 1979. Pelo mesmo instrumento, sua Divisão Geográfica, originada do antigo Instituto Geográfico e Geológico, passou a ser o **Instituto Geográfico e Cartográfico**, vinculado à Coordenadoria de Articulação e Planejamento Regional.

INSTITUTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO

Atribuições:

As atribuições do Instituto Geográfico e Cartográfico são:

- * realizar pesquisas e estudos técnicos e científicos nas áreas do conhecimento territorial, geográfico e cartográfico;
- * responder por questões de limite estadual, divisas municipais e distritais, bem como executar a demarcação e implantação dos marcos divisórios;
- * realizar estudos geográficos de caráter físico-ambiental, sócio-econômico e de organização do espaço;
- * elaborar e manter atualizado o Plano Cartográfico do Estado de São Paulo, através de atividades referentes à Cartografia de Base e à Cartografia Temática;
- * manter e preservar, em caráter permanente, a documentação geográfica, territorial e cartográfica do Estado;
- * realizar treinamento e oferecer estágio para estudantes e técnicos das áreas afins;
- * proporcionar a capacitação e atualização de seu corpo técnico;
- * prestar serviços em seu campo de atuação, atendendo às demandas do setor público e da sociedade.

Serviços Prestados:

- * serviços de natureza territorial, compreendendo o fornecimento de laudos e informações técnicas, vistorias de campo, demarcação e traçado de divisas;
- * atendimento ao público mediante consulta à documentação histórica e atual, integrante do acervo geográfico e cartográfico do Estado de São Paulo;
- * comercialização de produtos cartográficos (mapas impressos e cópias heliográficas) e publicações;
- * assistência técnica nas áreas de sua competência sob a forma de parecer, informação ou assessoria.

Usuários Imediatos e Mediatos:

- * órgãos da administração pública;
- * universidades públicas;
- * institutos de pesquisa;
- * empresas públicas e fundações;
- * centros de ensino superior da iniciativa privada;
- * empresas privadas;
- * estudantes;
- * profissionais liberais;
- * público em geral.

Quadro de Pessoal:

- * Pesquisadores: 3
- * Pessoal de nível superior: 21
- * Pessoal de apoio: 6
- * Pessoal administrativo: 4

Pesquisas em desenvolvimento:

Totalizam cinco projetos, envolvendo as áreas de:

- * cartografia digital;
- * geoprocessamento aplicado na elaboração de carta de uso do solo através de imagens de satélite;
- * estudo da emancipação dos municípios paulistas posterior à Constituição de 1988;
- * organização e restauro da documentação geográfica e cartográfica do Arquivo Histórico do Instituto.

Coleções:

Encontram-se na Seção de Mapoteca e Fototeca, compondo a documentação atual e o acervo histórico, as seguintes coleções:

- * Acervo de Cartas Topográficas:
 - 4.500 cartas de base do IGC (escalas 1:10.000, 1:5.000 e 1:2.000);
 - 1.700 mapas municipais do IGC (escalas 1:50.000 e 1:100.000);
 - 8 mapas topográficos regionais do IGC (escala 1:250.000);



Sede do Instituto Geográfico e Cartográfico/SEP, localizada na Cidade Universitária.

- 410 cartas topográficas do IBGE (escala 1:50.000).
- * Acervo de Cartas de Utilização da Terra:
 - 12 cartas de utilização de terra do IGC (escalas 1:250.000 e 1:50.000).
- * Acervo de Cartas Pedológicas:
 - 2 folhas do IGC (escala 1:100.000).
- * Acervo de Fotografias Aéreas:
 - 129.500 fotos aéreas do IGC (escalas 1:45.000, 1:35.000, 1:40.000, 1:8.000 e 1:2.000).
- * Acervo Histórico:
Com 25.000 unidades relativas a:
 - levantamentos aéreos de 1939 a 1960;
 - plantas altimétricas de rios ("canevãs") de 1886 a 1910;
 - fotografias e documentação administrativa de 1905 a 1970.

Publicações Editadas pelo Instituto Geográfico e Cartográfico:

- * Quadro do desmembramento territorial-administrativo dos municípios paulistas - 1995;

- * Municípios e distritos do Estado de São Paulo. São Paulo - 1995;
- * Carta Sistemática de Base - Caracterização do programa e conteúdo das folhas - 1989;
- * Carta de Utilização da Terra - Caracterização do programa e conteúdo das folhas - 1989;
- * Cartilha do Mapa - Relação dos programas e produtos que compõem o Plano Cartográfico do Estado de São Paulo, assim como características e usos dos mesmos - 1989;
- * Catálogo de Produtos Cartográficos por Município - 1991;
- * Coleção de aerofotos oblíquas - 1994;
- * Cartografia de Base (Topográfica):
 - Mapeamento planialtimétrico na escala 1:10.000;
 - Mapas municipais planialtimétricos nas escalas 1:25.000, 1:50.000 e 1:100.000.
- * Cartografia Temática:
 - Carta de utilização da terra, na escala 1:250.000;
 - Cartas especiais, na escala 1:1.000.000;
 - Atlas estadual e regional, na escala 1:2.000.000 e outras;
 - Carta pedológica, na escala 1:100.000.

Outros Veículos de Difusão do Conhecimento Gerado:

- * trabalhos publicados em periódicos nacionais e internacionais;
- * participação em conclaves nacionais e internacionais.

Biblioteca:

- * 6.000 livros
- * 350 títulos de periódicos

Horário de atendimento: de 2ª a 6ª feira, das 9:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas.

Sede:

O Instituto Geográfico e Cartográfico funciona na Cidade Universitária, na Capital paulista.

Endereço:

Instituto Geográfico e Cartográfico
 Av. Prof. Lineu Prestes, 813 - Bloco B
 Cidade Universitária
 05508-900 - São Paulo - SP
 Fax (011) 211-9489
 Fone (011) 211-3969 - informações gerais.

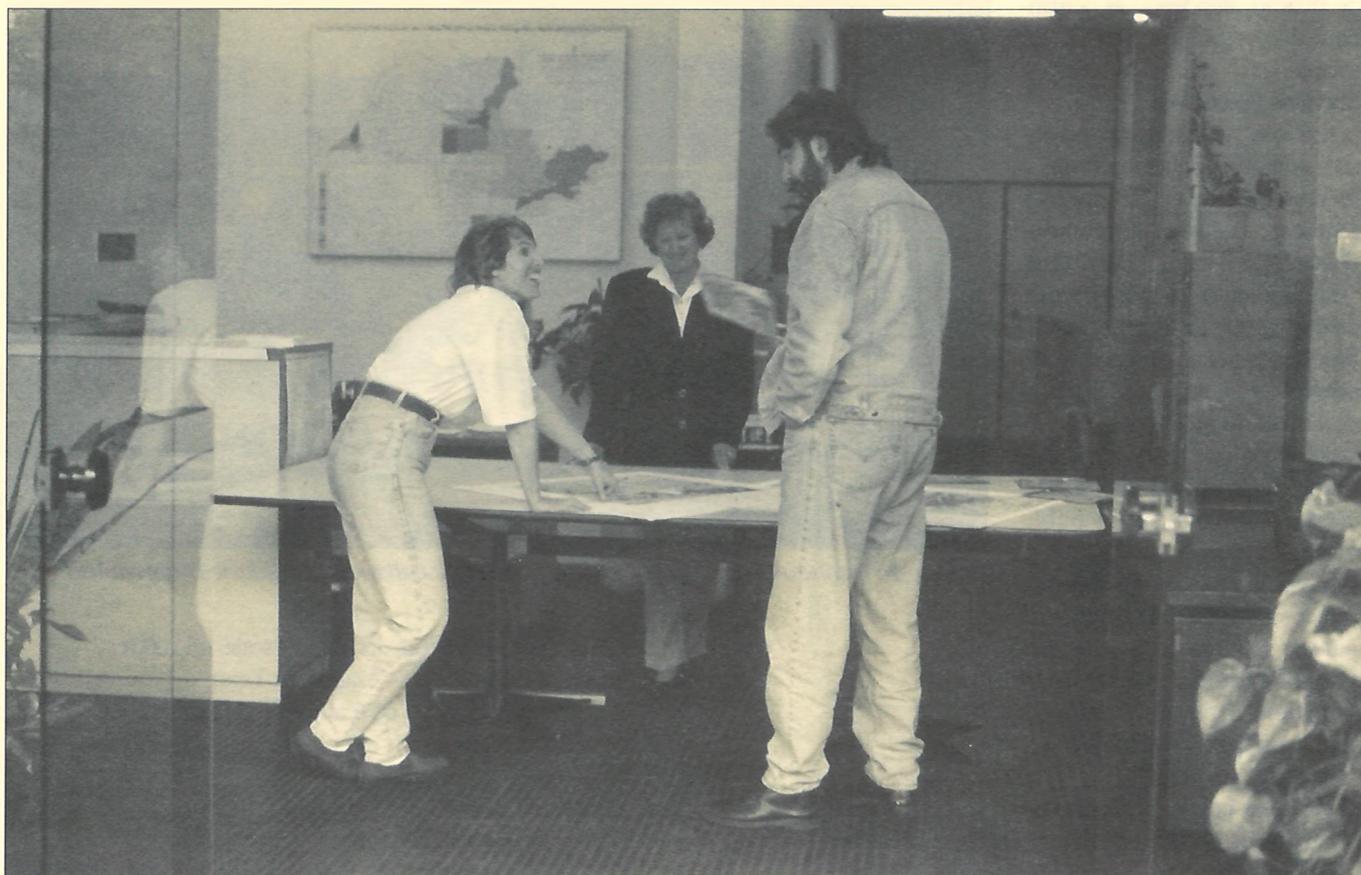


FOTO: GIANNA GARDA

Setor de vendas de mapas e publicações do Instituto Geográfico e Cartográfico/SEP.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

O Decreto nº 24.932, de 24 de março de 1986, que instituiu o Sistema Estadual do Meio Ambiente do Estado, criou a Secretaria do Meio Ambiente. Para comporem a nova Pasta, órgãos de outras Secretarias relacionados com o meio ambiente foram para lá transferidos, entre os quais: o **Instituto de Botânica**, o **Instituto Florestal**, o **Instituto Geológico** e a **Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo**, provenientes da Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Estas transferências foram objeto do Decreto nº 26.942, de 1º de abril de 1987.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

O Decreto nº 36.911, de 14 de maio de 1987, que instituiu o Sistema Estadual do Meio Ambiente do Estado criou a Secretaria do Meio Ambiente para compor a nova estrutura de órgãos executivos relacionados com o meio ambiente e para atuar em todas as áreas de atuação do Estado de São Paulo, promovendo a Secretaria do Meio Ambiente e atuando perante as instituições locais, estaduais e federais. Esta secretaria foi criada em 14 de maio de 1987.

INSTITUTO DE BOTÂNICA

Atribuições:

O Instituto de Botânica, de acordo com o Decreto nº 11.138, de 03 de fevereiro de 1978, tem como atribuições:

- * realizar pesquisas nas áreas da Botânica, incluindo a sistemática e o inventário dos recursos naturais vegetais;
- * realizar pesquisas sobre a flora, tendo em vista o seu interesse nas atividades agrícolas, pesqueiras, sanitárias, bromatológicas, medicinais e tecnológicas;
- * manter e desenvolver o herbário científico do Estado, reservas biológicas, o Jardim Botânico de São Paulo e o Museu Botânico;
- * manter cursos de aperfeiçoamento e estágios voluntários;
- * assistir a bolsistas e pesquisadores nacionais e estrangeiros;
- * capacitar e especializar recursos humanos no desenvolvimento dessas atribuições.

Serviços Prestados:

- * venda de plantas ornamentais;
- * venda de sementes;
- * venda de publicações técnico-científicas;
- * orientação em teses e dissertações junto às universidades;
- * assessoria a instituições similares e à comunidade.

Usuários Imediatos e Mediatos

- * órgãos da administração pública;
- * prefeituras;
- * pesquisadores ligados às áreas de atuação da instituição;
- * compradores de mudas e sementes;
- * freqüentadores de áreas naturais;
- * escolas de 1º, 2º e 3º graus;
- * estagiários e estudantes de pós-graduação;
- * público solicitante de informações técnicas;
- * público em geral.

Quadro de Pessoal:

- * Pesquisadores científicos: 76
- * Pesquisadores científicos aposentados: 6
- * Assistentes de pesquisa: 29
- * Outros servidores públicos: 363

Pesquisas em

Desenvolvimento:

Totalizam 110 projetos, envolvendo as áreas de:

- * Taxonomia;
- * Levantamento florístico e fitossociológico;
- * Anatomia Vegetal;
- * Palinologia;
- * Ficologia;
- * Micologia;
- * Briologia;

- * Pteridologia;
- * Fisiologia e Bioquímica;
- * Tecnologia de sementes;
- * Ecologia.

Coleções:

* Herbário do Estado Maria Eneyda P. Kauffmann Fidalgo: Com 300.000 exsiccatas (plantas secas), iniciou-se com a Comissão Geográfica e Geológica. Constitui-se no terceiro maior herbário científico do país.

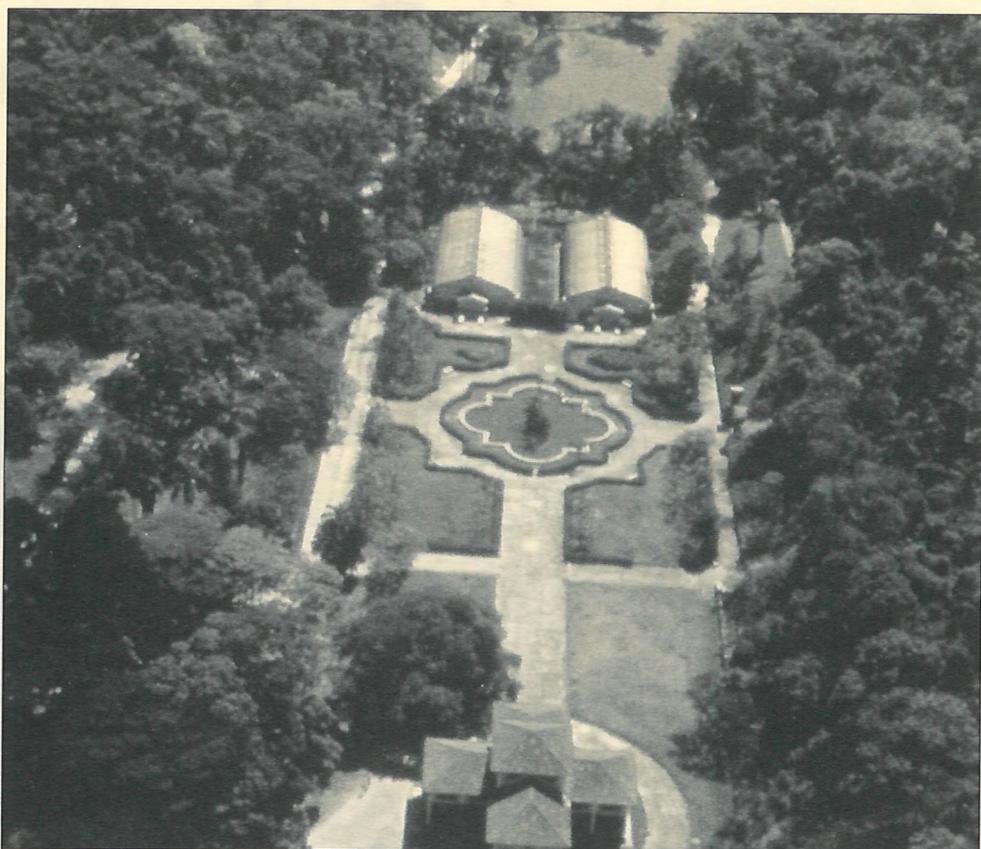
* Orquidário do Estado:

Conta com 23.000 exemplares cultivados, abrangendo 700 espécies de orquídeas.

* Jardim Botânico de São Paulo:

O Jardim Botânico, com área total de 36 ha, localiza-se no Parque das Fontes do Ipiranga, compreendendo uma coleção de plantas vivas em estufas, lagos e arboretos.

Horário de visitaçào: de 4ª a domingo, das 9:00 às 17:00 horas.



Vista aérea do Jardim Botânico localizado no Parque das Fontes do Ipiranga, Água Funda.

Acima: estufas construídas em 1928; a da direita abriga plantas da Mata Atlântica.

Abaixo: Museu Botânico Dr. João Barbosa Rodrigues, inaugurado em 1942.

Áreas Físicas Gerenciadas pelo Instituto de Botânica:

- * Reserva do Parque Estadual das Fontes do Ipiranga: 375 ha;
- * Jardim Botânico de São Paulo: 36 ha;
- * Reserva Biológica de Paranapiacaba: 336 ha;
- * Reserva Biológica de Mogi-Guaçu: 470 ha.

Educação:

Atendimento monitorado a estudantes e professores, cursos, estágios e publicações de interesse didático.

Laboratórios:

- * Ficologia;
- * Fitoquímica;
- * Micologia;
- * Orquídeas;
- * Plantas ornamentais;
- * Sementes;
- * Taxonomia.

Estrutura Museológica:

O Museu Botânico Dr. João Barbosa Rodrigues exhibe exsiccatas dos ecossistemas do Estado, coleção de extratos vegetais, fibras, óleos, madeiras, sementes, fungos, algas e fotografias.

Publicações Editadas pelo Instituto de Botânica:

- * Revista Hoehnea;
- * Boletim do Instituto de Botânica;
- * Folhetos educativos e manuais.

Outros Veículos de Difusão do Conhecimento Gerado:

- * trabalhos publicados em periódicos nacionais e internacionais;

- * participação em conclaves nacionais e internacionais.

Biblioteca:

- * 6.626 livros;
- * 333 teses;
- * 2.062 títulos de periódicos.

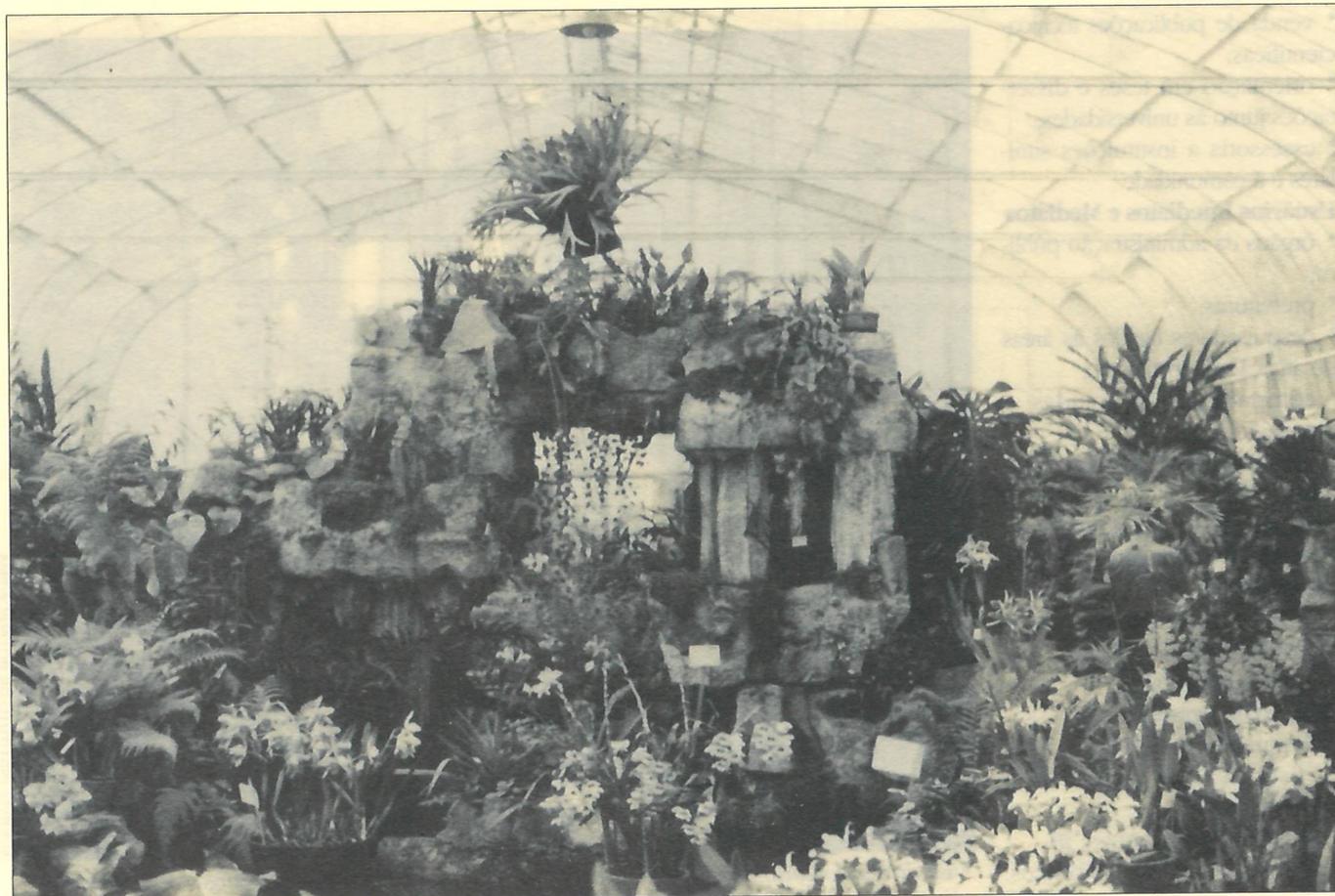
Sede:

O Instituto de Botânica está instalado em sede própria, no bairro da Água Funda, na Capital paulista.

Horário de atendimento: de 2ª a 6ª feira, das 8:30 às 17:30 horas.

Endereço:

Instituto de Botânica
Parque Estadual das Fontes do Ipiranga
Av. Miguel Stéfano, 3.031/3.687
Água Funda
04301-902 - São Paulo - SP
Fax: (011) 577-3678
Fone: (011) 5584-6300, ramal 229 - informações gerais.



Vista interna da estufa com plantas tropicais, principalmente da Mata Atlântica, exibindo orquídeas durante uma exposição.

INSTITUTO GEOLÓGICO

Atribuições:

O Instituto Geológico, de acordo com os decretos nº 24.931, de 20 de março de 1986, e nº 26.861, de 9 de março de 1987, tem as seguintes atribuições:

- * desenvolver estudos, pesquisas e trabalhos em geociências, aplicados à solução de problemas emergentes ou que necessitam de soluções a médio e a longo prazos;
- * atender aos setores de recursos naturais não renováveis e prestar serviços à comunidade em geral;
- * participar da definição da política de ciência e tecnologia em geociências proposta pelo governo e comunidade científica, em decorrência de suas prioridades;
- * participar de todo processo de aprimoramento da comunidade voltada ao desenvolvimento da ciência e tecnologia através de subsídios e produtos;
- * participar de todo processo que vise racionalizar trabalhos em relação à comunidade de geociências, no sentido de serem evitadas dispersões de qualquer natureza;
- * atender aos legítimos interesses da sociedade naquilo que lhe compete, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida;
- * propor normas para o aperfeiçoamento de legislação sobre bens minerais;
- * efetuar o mapeamento geológico sistemático do território do Estado de São Paulo;
- * subsidiar o planejamento governamental de ocupação territorial, uso e ocupação do solo no Estado de São Paulo;
- * divulgar os produtos de sua atividade científica, visando o desenvolvimento social;
- * proporcionar o aprimoramento de seus técnicos, pesquisadores científicos e pessoal administrativo, bem como de outras entidades, mantendo cursos de aperfeiçoamento e estágios voluntários em todos os seus setores de atividade.

Serviços Prestados:

- * estudo do meio físico como subsídio para o planejamento de uso e ocupação do solo;
- * atendimentos, laudos, pareceres e visitas técnicas;
- * perfuração de poços profundos;
- * análises laboratoriais;
- * venda de publicações;
- * assessoria técnica para regulamentação e implantação de Áreas de Proteção Ambiental (APA's);
- * apoio técnico nos Planos Diretores Municipais;
- * cooperação técnica.

Usuários Imediatos e Mediatos:

- * prefeituras;
- * empresas;

- * comunidade técnico-científica;
- * Defesa Civil Estadual e Comissões de Defesa Civil Municipais;
- * estudantes da pré-escola ao 3º grau;
- * público em geral.

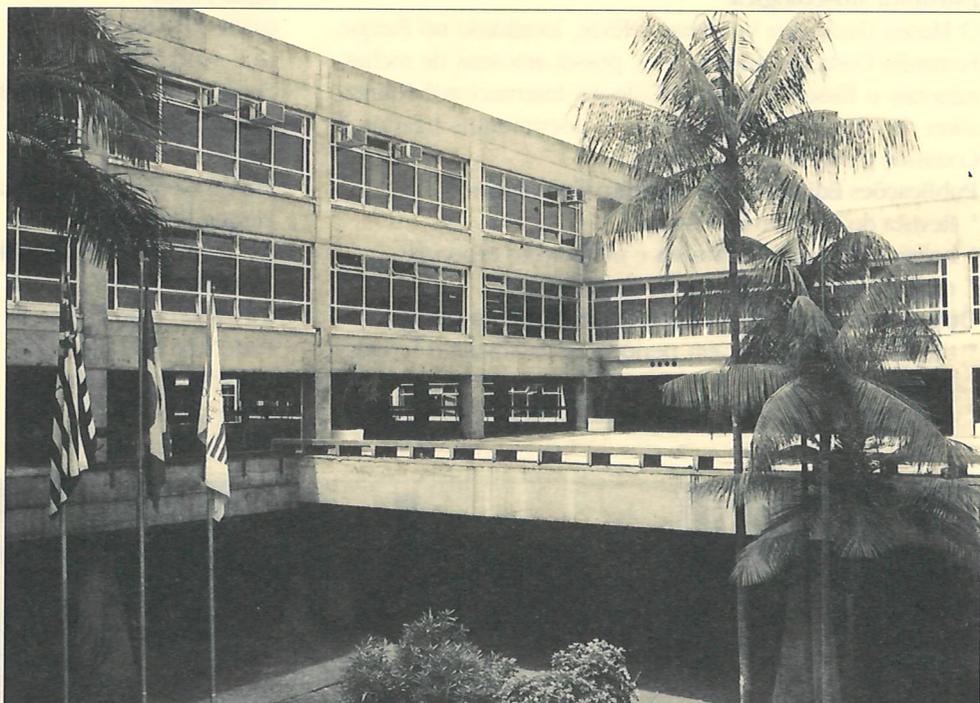
Quadro de Pessoal:

- * Pesquisadores científicos: 40
- * Assistentes de pesquisa: 21
- * Outros servidores públicos: 81

Pesquisas em Desenvolvimento:

Totalizam 42 projetos, envolvendo as áreas de:

- * Geotecnia e Meio Ambiente;
- * Recursos Hídricos Subterrâneos e Meio Ambiente;
- * Recursos Minerais e Meio Ambiente;
- * Geomorfologia;
- * Levantamentos Geológicos e Paleontológicos;
- * Tendências e Variabilidades Hidroclimáticas;
- * Comunicação em Geociências.



Complexo administrativo da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, que abriga a sede do Instituto Geológico/SMA.

Coleções:

- * Coleção Paleontológica:
Com mais de 2.000 amostras de fósseis de animais e de vegetais de várias regiões do país, principalmente do Estado de São Paulo, inclui peças coletadas pelos integrantes da Comissão Geográfica e Geológica.
- * Coleção de seções delgadas:
Fazem parte das 760 seções delgadas as coleções internacionais de referência de Rosenbusch, Krantz, Milner e Fuess.
- * Litoteca:
Reúne cerca de 1.500 testemunhos de sondagens executadas no Subgrupo Itararé, obtidos ao longo dos últimos dez anos (em fase de organização).

* Acervo de Cartas Topográficas:

- 2.000 cartas diversas do IBGE, DNPM, EMPLASA e Ministério do Exército (em sua maioria na escala 1:50.000);
- 8.000 fotos aéreas pancromáticas, principalmente do IBC, da Base Aerofotogrametria (escala 1:25.000) e do Ministério do Exército (escala 1:60.000);
- 50 imagens orbitais do INPE (escala 1:100.000).

Áreas Físicas Gerenciadas pelo Instituto Geológico:

* Núcleo Caboclos do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR): 2.520 ha.

Educação:

Atendimento monitorado a estudantes e professores, cursos, estágios e publicações de interesse na área de educação ambiental.

Laboratórios:

- * Geoprocessamento;
- * Microscopia;
- * Análises Sedimentológicas e Mineralógicas;
- * Análises Químicas e Física Químicas;
- * Interpretação de Imagens.

Estrutura Museológica:

O Museu Geológico Valdemar Lefèvre, localizado no Parque Fernando Costa, na Água Branca, possui amostras de rochas, minerais e fósseis e exibe a Coleção Internacional Krantz, além de objetos, equipamentos e documentos ligados à Comissão Geográfica e Geológica.

Publicações Editadas pelo Instituto Geológico:

- * Revista do Instituto Geológico;
- * boletins, monografias, avulsos e publicações especiais;
- * relatórios de desenvolvimento de projetos.

Outros Veículos de Difusão do Conhecimento Gerado:

- * trabalhos publicados em periódicos nacionais e internacionais;
- * participação em conclaves nacionais e internacionais.

Biblioteca/Mapoteca Zenóbia Pereira da Silva de Moraes

Bastos:

- * 6.530 livros;
- * 150 teses;
- * 1.908 títulos de periódicos;
- * 10.000 mapas diversos.

Compõem o acervo de obras raras da biblioteca, a coleção completa dos mapas elaborados pela Comissão Geográfica e Geológica, relatórios e publicações originados dos primeiros levantamentos geográficos e geológicos do Estado, desenvolvidos no período de 1886 a 1930.

Horário de atendimento: de 2ª a 6ª feira, das 8:30 às 17:00 horas.

Sede:

O Instituto Geológico está instalado no Centro Estadual da Agricultura, no bairro da Água Funda, na Capital paulista.

Endereço:

Instituto Geológico
Centro Estadual da Agricultura
Av. Miguel Stéfano, 3.900

Água Funda

04301-903 - São Paulo - SP

Fax: (011) 276 8572

Fone: (011) 276 8288 - informações gerais.

Horário de atendimento: de 2ª a 6ª feira, das 8:30 às 17:30 horas.

Museu Geológico Valdemar Lefèvre

Parque Fernando Costa

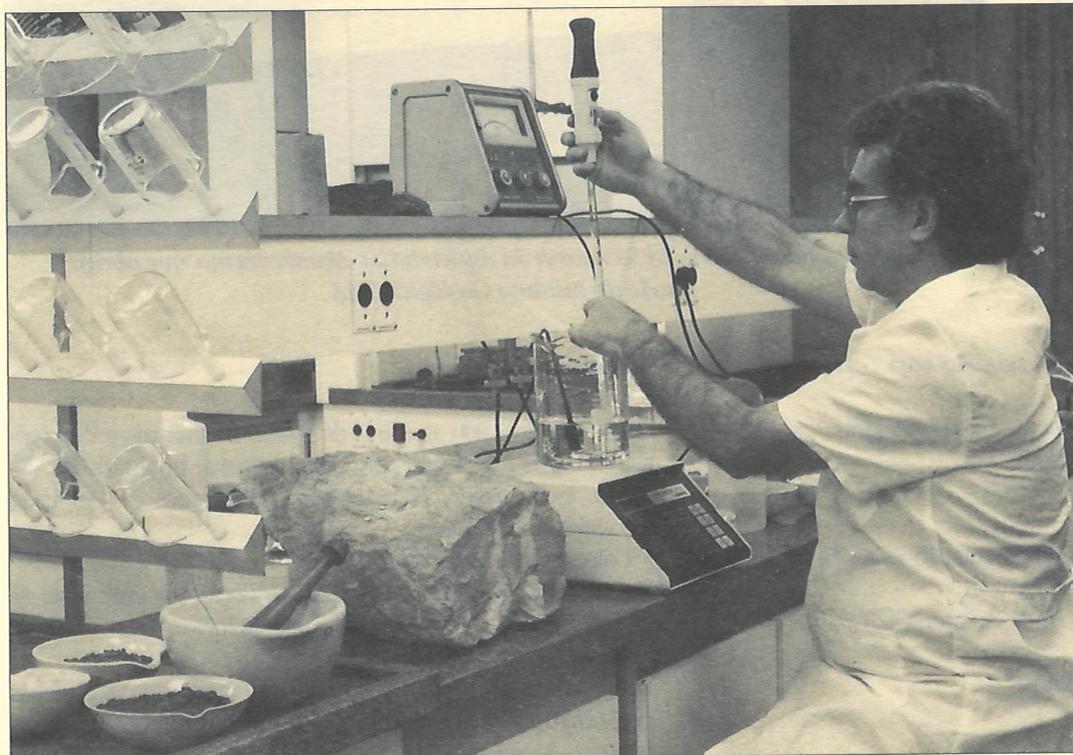
Av. Francisco Matarazzo 455, Prédio 42

Água Branca

05001-300 - São Paulo - SP

Fone/Fax: (011) 263 6797

Horário de atendimento: de 3ª feira a domingo, das 9:00 às 17:00 horas.



Laboratório de Análises Sedimentológicas e Mineralógicas do Instituto Geológico/SMA.

FOTO: LUIZ BARRETTTO

INSTITUTO FLORESTAL

Atribuições:

O Instituto Florestal, de acordo com o Decreto nº 11.138, de 3 de fevereiro de 1978, tem como atribuições:

- * realizar a pesquisa e experimentação sobre espécies florestais de importância econômica;
- * estudar e desenvolver técnicas silviculturais para as diversas regiões ecológicas do Estado;
- * intervir no setor florestal, detendo domínio das florestas de preservação permanente e efetuar reflorestamentos como empresário florestal, com fins conservacionistas, técnicos e econômicos, de acordo com plano previamente aprovado;
- * estudar, propor e executar medidas de conservação e exploração racional e econômica de florestas;
- * realizar investigações sobre a biologia da fauna silvestre, especialmente de animais da caça e de suas relações com o ambiente florístico;
- * promover estudos sobre paisagismo e o aproveitamento das áreas florestais de responsabilidade do Estado, para fins educacionais e recreativos;
- * manter e desenvolver o Museu Florestal Estadual;
- * aperfeiçoar seu corpo técnico, promovendo cursos e estágios de treinamento em estabelecimentos nacionais e estrangeiros;
- * divulgar conhecimentos científicos, a experiência técnica e os resultados dos trabalhos realizados pelo Instituto;
- * estabelecer intercâmbio com Instituições congêneres do país e do exterior.

Serviços Prestados:

- * pesquisa em:
 - introdução de espécies arbóreas florestais;
 - produção de sementes;
 - sistemas de produção florestal, técnicas de implantação e manejo;
 - melhoramento genético florestal;
 - utilização dos produtos florestais com fins múltiplos;
 - levantamento de recursos naturais de áreas específicas (florístico e fitossociológico, faunístico, geológico e geomorfológico, pedológico, socio-econômico);
 - caracterização espacial e volumétrica dos recursos da vegetação do Estado;
 - hidrologia florestal;
 - ecologia humana;
 - antropologia ligada aos recursos naturais;
 - análise socio-econômica das condições ambientais;
 - manejo de áreas silvestres (Unidades de Conservação, fauna e bacias hidrográficas);
 - educação ambiental;
 - planejamento florestal e planejamento regional;
 - política florestal.

- * estágios a graduandos, graduados e pós-graduados;
- * atendimento diferenciado a alunos de todos os graus, professores de ensino de 1º e 2º graus, bem como ao público em geral, através de exposições de longa e curta duração e programas educativos específicos;
- * atendimento ao público pela biblioteca;
- * venda de plantas ornamentais e para reflorestamento;
- * venda de sementes;
- * venda de publicações.

Usuários Imediatos e Mediatos:

- * órgãos da administração pública;
- * prefeituras;
- * técnicos da área de meio-ambiente;
- * pesquisadores externos;
- * pequenos e médios proprietários rurais;
- * indústria madeireira;
- * indústria de beneficiamento de goma-resina;
- * exploradores de resina;



Sede do Instituto Florestal SMA, localizada no Parque do Estado, Serra da Cantareira.

- * compradores de mudas e sementes;
- * freqüentadores de áreas naturais;
- * escolas de 1º, 2º e 3º graus;
- * estagiários e estudantes de pós-graduação;
- * público solicitante de informações técnicas.

Quadro de Pessoal:

- * Pesquisadores científicos: 88
- * Assistentes de pesquisa: 46
- * Outros servidores públicos: 1.601

Pesquisas em Desenvolvimento:

Totalizam 275 projetos, sendo 117 de pesquisadores externos, desenvolvidos com apoio de pessoal das Unidades de Conservação, e 158 de pesquisadores do Instituto Florestal, envolvendo as áreas de:

- * Anatomia da Madeira;

- * Biologia da Reprodução;
- * Componentes Químicos Vegetais;
- * Dendrometria e Inventário Florestal;
- * Economia Florestal;
- * Educação Ambiental e Uso Público;
- * Estudo do Meio Biofísico;
- * Fauna Silvestre;
- * Florística, Taxonomia e Fitosociologia;
- * Hidrologia Florestal;
- * Legislação Ambiental;
- * Manejo de Áreas Silvestres;
- * Melhoramento Genético Florestal;
- * Planejamento Ambiental;
- * Proteção Ambiental;
- * Recuperação de Áreas Alteradas;
- * Sementes Florestais;
- * Silvicultura;
- * Tecnologia de Produtos Florestais.

Coleções:

- * Herbário Dom Bento Pickel:

Com 19.857 exsicatas de espécies florestais.

- * Xiloteca Octávio Vecchi:

Com 3.407 amostras de madeiras.

- * Laminário:

Com 1.330 lâminas permanentes de secções anatômicas de madeiras.

- * Insetário:

Com 6.500 insetos associados à floresta.

- * Acervo de Cartas Topográficas:

- 60 cartas do IBGE/IGC (escala 1:250.000);
- 950 cartas do IBGE/IGC (escala 1:50.000);
- 4.000 cartas da EMPLASA/GEGRAM/TERRAFOTO/SEPLAN (escala 1:10.000);
- 100 cartas em outras escalas.

- * Acervo de Imagens de Sensoriamento Remoto:

- 500 imagens orbitais do satélite Landsat do INPE (escalas 1:100.000 e 1:50.000 - diversas bandas);
- 11.000 fotos aéreas pancromáticas (escalas 1:45.000, 1:35.000, 1:25.000, 1:8.000).

- * Videoteca:

- Banco de Imagens:
- 64 fitas (130 horas de gravação).
- Vídeos:
- 25 títulos de fitas educativas/institucionais (342 horas de gravação);
- 17 títulos de fitas educativas diversas/doadas.

- * Coleção de Plantas Introduzidas:

Composta por 1.096 espécies, reunidas a partir de 1948, sem contar as introduzidas antes desta data, sendo 103 de *Eucalyptus*, 82 de *Pinus* e o restante de outras exóticas. Trabalho iniciado no antigo Horto Botânico da Cantareira a partir de 1898.

- * Acervo de Espécies Arbóreas Implantadas, Passíveis de Seleção e Melhoramento Genético:

- 310 ha de material genético do gênero *Eucalyptus*, na forma de áreas de produção de sementes, pomar clonal e pomar de sementes;
- 13,48 ha de material genético do gênero *Eucalyptus*, na forma de testes de progênie e procedência;

- 154,76 ha de material genético do gênero *Eucalyptus*, na forma de populações-base;
- 1.724 ha de material genético do gênero *Pinus*, na forma de áreas de produção de sementes e pomar clonal;
- 47,62 ha de material genético do gênero *Pinus*, na forma de testes de progênes;
- 253 ha de material genético do gênero *Pinus*, na forma de populações-base;
- 36,42 ha de material genético de essências nativas, na forma de testes de progênes e populações-base.

Áreas Físicas Gerenciadas pelo Instituto Florestal:

O conjunto de áreas naturais, representado no mapa que se segue, abrange 847.388,67 ha, sendo:

- * 22 Parques Estaduais, num total de 681.488,99 ha;
- * 22 Estações Ecológicas, abrangendo 103.527,79 ha;
- * 2 Reservas Estaduais, com 13.391,88 ha;
- * 21 Estações Experimentais, com 35.011,33 ha;
- * 10 Florestas Estaduais, com 13.026,94 ha;
- * 6 Hortos Florestais, com 922,02 ha;
- * 2 Viveiros Florestais fora de outras Unidades, totalizando 19,72 ha.

Educação:

Atendimento monitorado a estudantes, professores e ao público em geral, cursos, estágios e publicações de interesse na área de educação ambiental.

Laboratórios:

- * Anatomia da Madeira (São Paulo);
- * Entomologia Florestal (São Paulo);
- * Fitoquímica (São Paulo);
- * Fitotecnia Parasitológica (São Paulo);
- * Hidrologia Florestal em Área de Mata Atlântica (Cunha);
- * Hidrologia e Solos em Área de Cerrado (Paraguape Paulista);
- * Sensoriamento Remoto (São Paulo);
- * Taxonomia e Sistemática Florestais (São Paulo);
- * Tecnologia e Armazenamento de Sementes (São Paulo).

Estrutura Museológica:

O Museu Florestal Octavio Vecchi, localizado no Parque Estadual Alberto Löfgren, conhecido como Horto Florestal, no bairro do Tremembé, exibe mostruário de madeiras, principalmente do Estado de São Paulo, sob diversas formas: estruturas da própria construção do prédio, móveis, pranchas, entalhes, esculturas, quadros artísticos e outros objetos de arte; peças gráficas, peças industrializadas, amostras de plantas da flora paulista, sementes, etc.

Publicações Editadas pelo Instituto Florestal:

- * Silvicultura em São Paulo (de 1962 a 1988);
- * Boletim Técnico do Instituto Florestal (de 1972 a 1988);
- * Publicação Instituto Florestal (de 1972 a 1988);
- * Revista do Instituto Florestal (a partir de 1989);
- * I.F.- Série Registros (a partir de 1989);
- * Folhetos educativos;
- * Publicações avulsas, como o Inventário Florestal do Estado.

Outros Veículos de Difusão do Conhecimento Gerado:

- * trabalhos publicados em periódicos nacionais e internacionais;
- * participação em conclave nacionais e internacionais;
- * produção de vídeos de caráter educativo e institucional.

Biblioteca:

* 8.200 livros;

* 157 teses;

* 2.100 títulos de periódicos

Horário de atendimento: de 2ª a 6ª feiras, das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas.

Sede:

O Instituto Florestal está instalado em sede própria, no bairro do Tremembé, na Capital paulista.

Endereço:

Instituto Florestal

Parque Estadual Alberto Löfgren (Horto Florestal)

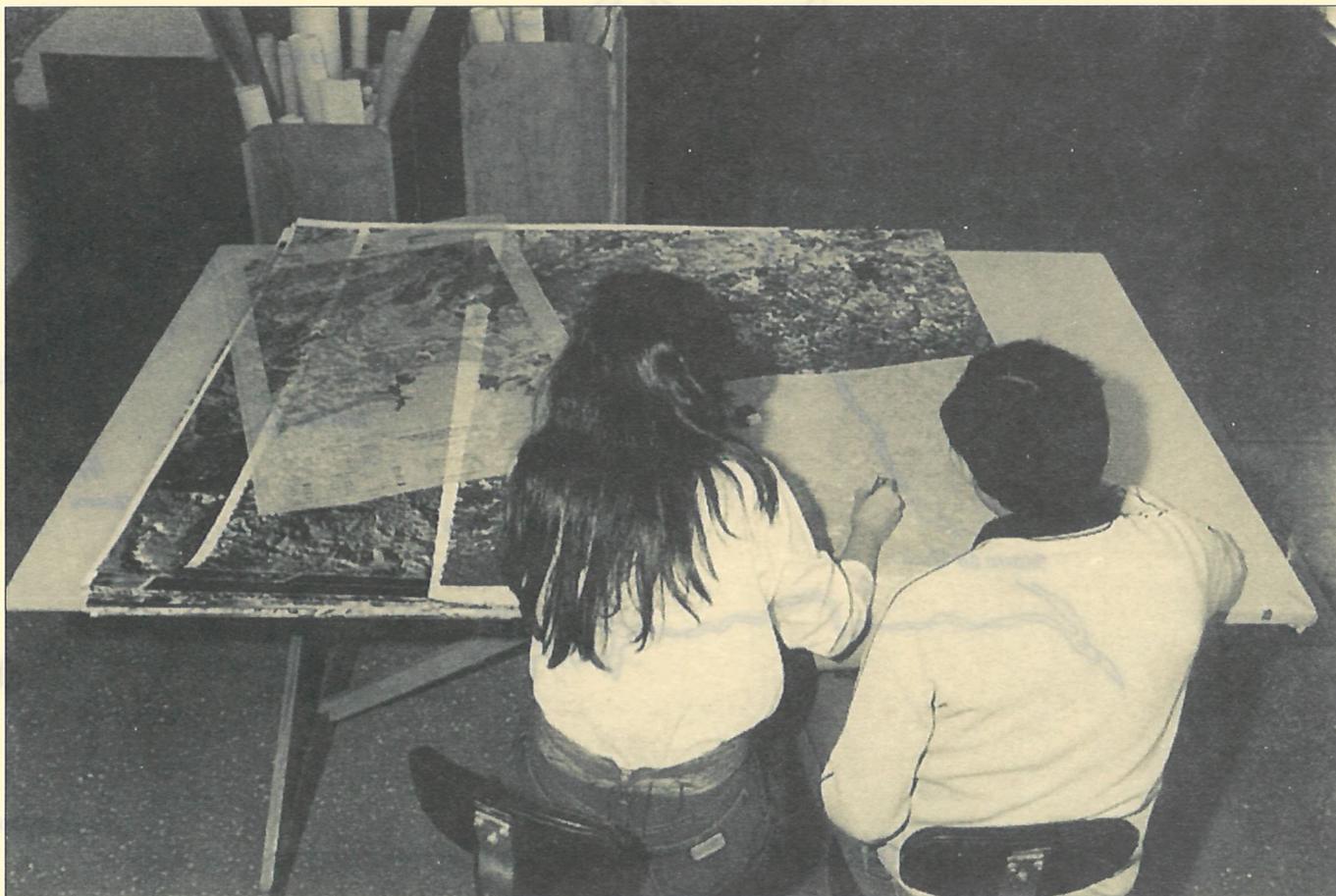
R. do Horto, 931

Tremembé

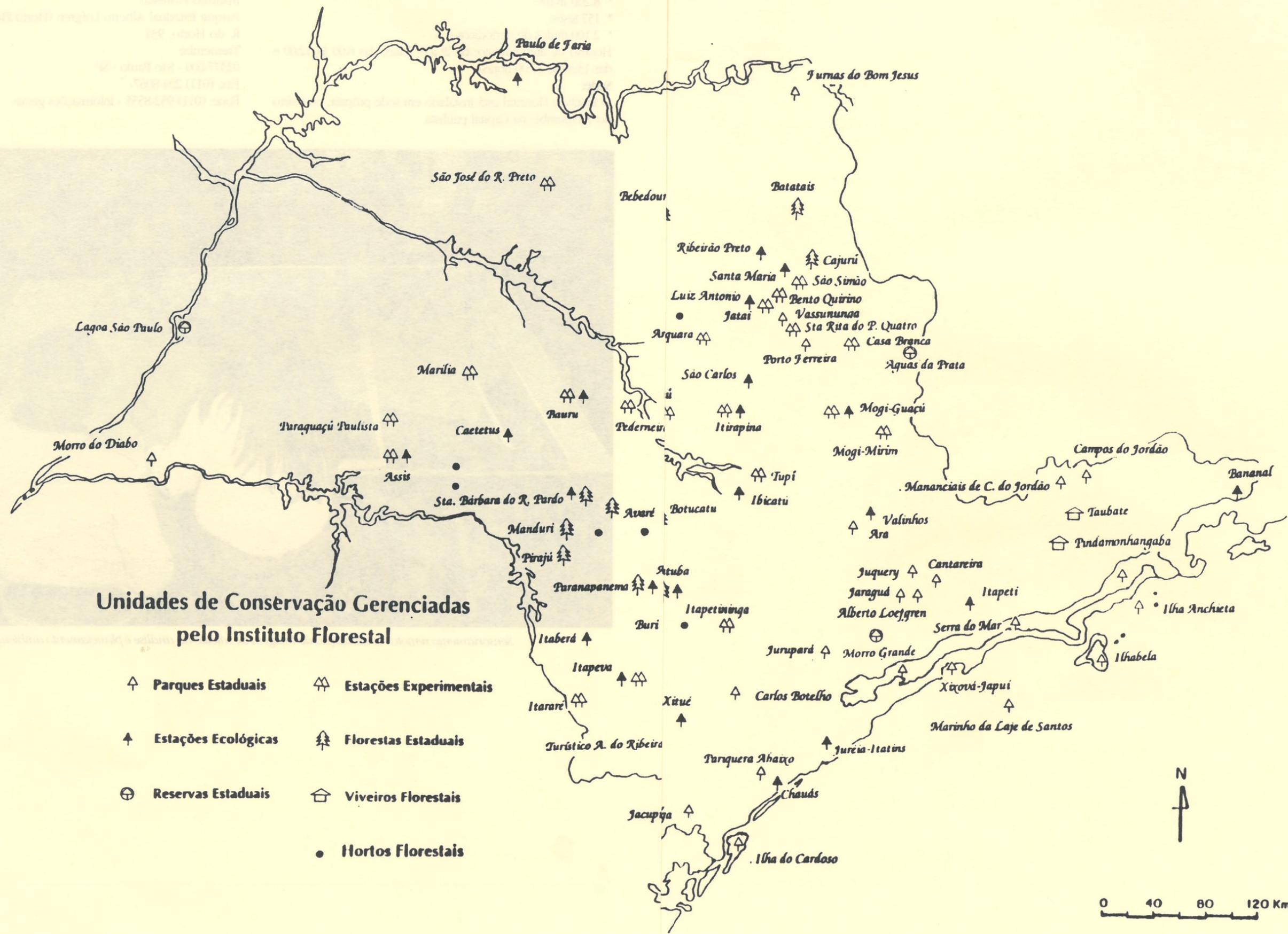
02377-000 - São Paulo - SP

Fax: (011) 204-8067

Fone: (011) 952-8555 - informações gerais.

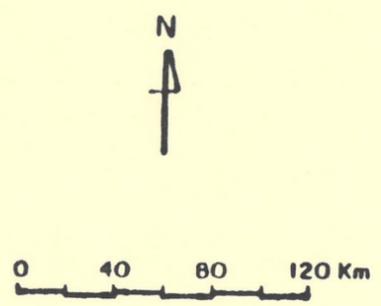


Sensoriamento remoto - a utilização de imagem de satélite na análise e planejamento ambiental



Unidades de Conservação Gerenciadas pelo Instituto Florestal

- ↑ Parques Estaduais
- ↑ Estações Experimentais
- ↑ Estações Ecológicas
- ↑ Florestas Estaduais
- ⊕ Reservas Estaduais
- ⊞ Viveiros Florestais
- Hortos Florestais



FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Atribuições:

A Fundação Florestal, de acordo com a Lei nº 5.208, de 1º de julho de 1986, tem como atribuição contribuir para a conservação, manejo e ampliação das florestas de produção e preservação permanente, pertencentes ou possuídas pelo patrimônio do Estado, em particular aquelas sob administração do Instituto Florestal, bem como subsidiar a pesquisa pertinente mediante:

- * o levantamento e caracterização de áreas de domínio particular, de interesse público, para fins de desapropriação pelo Estado;
- * o perfeito dimensionamento jurídico-patrimonial das áreas a que se refere a Lei nº 5.208;
- * a execução de medidas de exploração racional e econômica das florestas implantadas, seus produtos e subprodutos,
- * a implantação de florestas para fins conservacionistas, técnico-científicos e econômicos;
- * a elaboração de planos que visem à utilização de áreas naturais, florestas implantadas e outras áreas, com potencial para uso recreacional e educativo, bem como a elaboração de planos de manejo da paisagem;
- * a execução de planos que objetivem a preservação, o desenvolvimento e a utilização econômica da fauna nativa, bem como seu equilíbrio biótico;
- * o desenvolvimento e a execução de planos relacionados a atividades agro-silvo-pastoris;
- * a execução de planos que objetivem o maior rendimento operacional das áreas florestais e sua preservação, além de combater a pragas, moléstias e incêndios;

- * a execução do inventário florestal e acompanhamento da evolução da cobertura vegetal do Estado;
- * a divulgação de trabalhos técnico-científicos.

Serviços Prestados:

- * apoio técnico, administrativo e operacional para as unidades do Sistema Estadual de Meio Ambiente;
- * assessoria técnica para regulamentação e implantação de Áreas de Proteção Ambiental (APA's);
- * apoio ao Instituto Florestal na área comercial;
- * gerenciamento de projetos e convênios da Secretaria Estadual do Meio Ambiente com entidades nacionais e internacionais;
- * fomento às atividades de recuperação florestal junto aos proprietários rurais, articulado a Prefeituras e Organizações Não Governamentais - ONGs;
- * articulação de iniciativas referentes à recuperação florestal;
- * capacitação de agentes regionais na área florestal;

- * apoio para o desenvolvimento de teses e dissertações das Universidades;
- * colheita, beneficiamento e armazenamento de sementes florestais, em conjunto com o Instituto Florestal;
- * comercialização de produtos oriundos de áreas sob administração do Instituto Florestal.

Usuários Imediatos e Mediatos:

- * órgãos da administração pública;
- * prefeituras;
- * técnicos da área de meio ambiente;
- * pesquisadores externos;
- * pequenos e médios proprietários rurais;
- * indústria madeireira;
- * indústria de beneficiamento de goma-resina;
- * exploradores de resina;
- * compradores de mudas e sementes;



Prédio da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo/SMA, localizada no Parque do Estado, Serra da Cantareira.

- * freqüentadores de áreas naturais;
- * escolas de 1º, 2º e 3º graus;
- * público solicitante de informações técnicas.

Quadro de Pessoal:

- * Pessoal universitário: 128
- * Técnicos/administrativos: 109
- * Operacionais: 168

Pesquisas em Desenvolvimento:

Totalizando 16 projetos, sendo 15 de pesquisadores externos e um de parceria da própria Fundação Florestal com pesquisadores externos, todos contando com apoio de pessoal das Unidades de Conservação sob sua administração, envolvendo as áreas de:

- * Dinâmica de Populações;
- * Fauna Silvestre;
- * Fauna Aquática;
- * Floresta, Taxonomia e Fitosociologia;

* Imunologia;

* Planejamento Ambiental.

Áreas Físicas Gerenciadas pela Fundação Florestal:

* Parque Estadual Intervales: 49.000 ha;

* Parque Ecológico Monsenhor Emilio José Salim: 110 ha.

Educação:

* atendimento monitorado a estudantes e professores;

* cursos de capacitação e reciclagem para professores, técnicos e agricultores;

* estágios.

Publicações Editadas pela Fundação Florestal:

* Florestar Estatístico (em conjunto com o Fundo Florestar).

Outros Veículos de Difusão do Conhecimento Gerado:

* trabalhos publicados em periódicos nacionais e internacionais;

* participação em conclaves nacionais e internacionais.

Sede:

A Fundação Florestal está instalada no Parque Estadual Alberto Löfgren, no bairro do Tremembé, na Capital paulista.

Endereço:

Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo

Rua do Horto, 931 - Prédio 2

Tremembé

CEP 02377-000 - São Paulo - SP

Fax: (011) 953-5331

Fone: (011)953-5331 - informações gerais.

Horário de atendimento: de 2ª a 6ª feira, das 7:00 às 17:00 horas.



FOTO: LUIZ BARRETO

Centro de Processamento de Dados da Fundação Florestal/SMA.

SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS, SANEAMENTO E OBRAS

A Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras deve sua atual denominação à Lei nº 8.275, de 25 de março de 1993. O Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), autarquia desta Secretaria, tem a ele subordinado o **Centro Tecnológico de Hidráulica e Recursos Hídricos**, que também se vincula, por força de convênio, à Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

CENTRO TECNOLÓGICO DE HIDRÁULICA E RECURSOS HÍDRICOS

Atribuições:

As atribuições do Centro Tecnológico de Hidráulica e Recursos Hídricos são:

- * gerenciamento e manutenção da Rede Hidrológica do Estado de São Paulo - com coleta de dados sobre temperatura, precipitação pluviométrica, pressão atmosférica, umidade relativa, insolação, evaporação, além da vazão dos rios;
- * hidrologia - incluindo a previsão de cheias, com base em recursos de sensoriamento remoto e análise dos sistemas hídricos;
- * engenharia hidráulica - compreendendo a hidráulica fluvial, marítima e computacional, com estudos de estruturas hidráulicas, inclusive em modelos reduzidos;
- * hidromecânica - baseada nos ensaios com bombas, turbinas, comportas e outros equipamentos;
- * engenharia ambiental - análise de múltiplos objetivos, visando estudos de qualidade das águas;
- * didática - incumbências relativas às atividades acadêmicas da universidade na formação de engenheiros, através do laboratório de hidráulica.

Serviços Prestados:

* Hidráulica fluvial:

- controle de inundações em áreas urbanas;
- obras de adequação dos canais e confluência de rios;
- diretrizes de utilização adequada do solo para evitar erosão;
- obras de drenagem urbana;
- controle de processos erosivos junto a estruturas;
- controle do processo de assoreamento ou erosão do próprio leito do rio;
- proteção de margens.

* Hidráulica Marítima:

- regiões flúvio-marítimas:
- implantação de portos no interior de rios, estuários, regiões lagunares e baías;
- fixação e manutenção de canais navegáveis na foz de rios, estuários e regiões lagunares.

· região costeira:

- proteção e recuperação de praias;
- controle de processos erosivos;
- acesso e abrigo de portos costeiros.

· *Off shore*:

- prospecção e exploração de recursos da plataforma *off shore*;
- portos *off shore*.

* Hidráulica computacional:

- sistema computacional de cálculo e projeto de redes de drenagem urbana para a Prefeitura de São Paulo;
- sistema computacional para simulação e projeto de rede de esgoto;
- sistema hidrodinâmico - sedimentológico para controle de erosão e assoreamento em canais aluvionares;

- estudo do comportamento salino da Região Lagunar do Mar Pequeno;
- sistema de aquisição de dados para monitoramento e análise de modelos físicos, aplicados principalmente a barragens e navegação;
- modelo hidrodinâmico bi-dimensional de correntes para a avaliação do efeito de obras hidráulicas em rios e estuários.

* Hidromecânica:

- máquinas hidráulicas - testes de turbinas e bombas de várias capacidades;
- equipamentos hidromecânicos:
- ensaios de perda de carga distribuída e localizada em condutos forçados;
- estudos de fenômenos transitórios;
- ensaios de comportas, registros e válvulas.

Usuários Imediatos e Mediatos:

- * órgãos da administração pública;
- * universidades públicas;

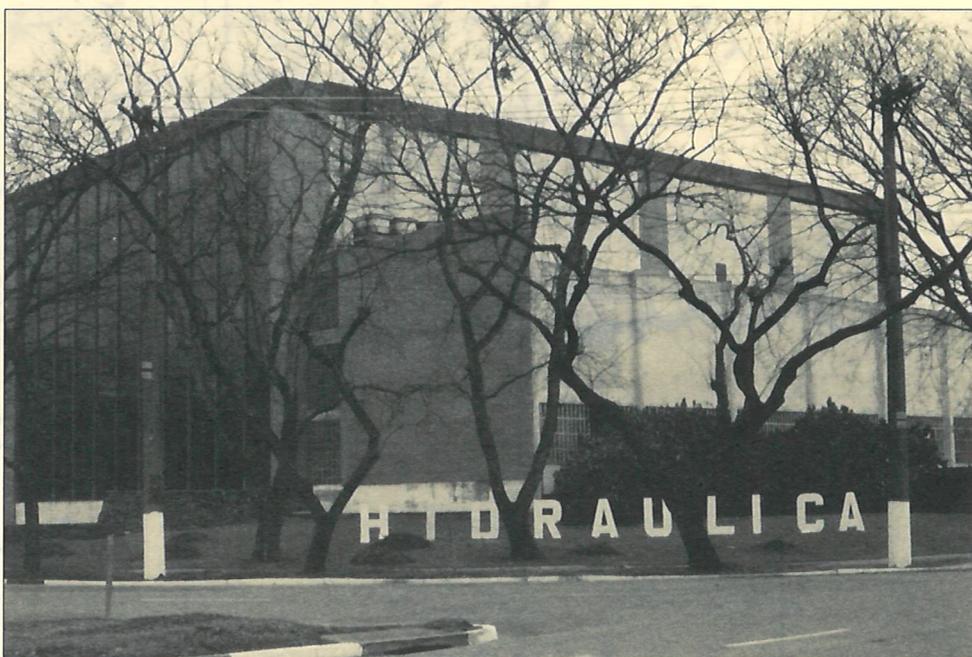


FOTO: GIANNA GARDA

Vista externa do Laboratório de Hidráulica do Centro Tecnológico de Hidráulica e Recursos Hídricos, Cidade Universitária.

- * institutos de pesquisa;
- * empresas públicas;
- * centros de ensino superior da iniciativa privada;
- * empresas privadas;
- * estudantes;
- * profissionais liberais;
- * público em geral.

Quadro de pessoal:

- * Pessoal de nível universitário (técnicos, pesquisadores e docentes): 80
- * Outros servidores: 1.000 (leitores voluntários de pluviômetros em todo território paulista).

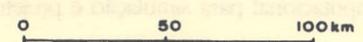
Pesquisas em desenvolvimento:

A pesquisa é desenvolvida de forma a responder à necessidade

1996



- LEGENDA
- Posto pluviométrico ou pluviográfico
 - ▲ Posto fluviométrico ou fluviográfico
 - Estação meteorológica
 - Cidade



dos projetos contratados com o Centro ou para solução de questões básicas nas áreas de:

- * hidrologia;
- * engenharia hidráulica;
- * hidromecânica;
- * engenharia ambiental.

Áreas Físicas Gerenciadas pelo Centro Tecnológico de Hidráulica e Recursos Hídricos:

Trata-se de 1.200 postos hidrológicos uniformemente distribuídos pelos 248.000 km² do Estado, como mostra o mapa que se segue.

Educação:

- * orientação a alunos de graduação e pós-graduação;
- * cursos de extensão.

Laboratórios/Oficinas:

- * Laboratório de Hidráulica;
- * Laboratório de Sedimentometria;
- * Laboratório de Fotografia e Cinematografia;
- * Oficina especializada em Instrumentação e Metrologia;
- * Oficina experimental de Mecânica e de Acrílico;
- * Oficina experimental de Carpintaria e Marcenaria;
- * Oficina de Modelos Reduzidos.

Publicações Editadas pelo Centro Tecnológico de Hidráulica e Recursos Hídricos:

- * Relatórios de desenvolvimento de projetos.

Outros Veículos de Difusão do Conhecimento Gerado:

- * trabalhos publicados em periódicos nacionais e internacionais;
- * participação em conclave nacionais e internacionais.

Biblioteca:

- * 12.000 livros;
- * 1.500 títulos de periódicos;
- * 7.000 folhetos.

Horário de atendimento: 2ª a 6ª feira, das 8:00 às 17:00 horas.

Sede:

O Centro Tecnológico de Hidráulica e Recursos Hídricos está instalado nas dependências da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

Endereço:

Centro Tecnológico de Hidráulica e Recursos Hídricos

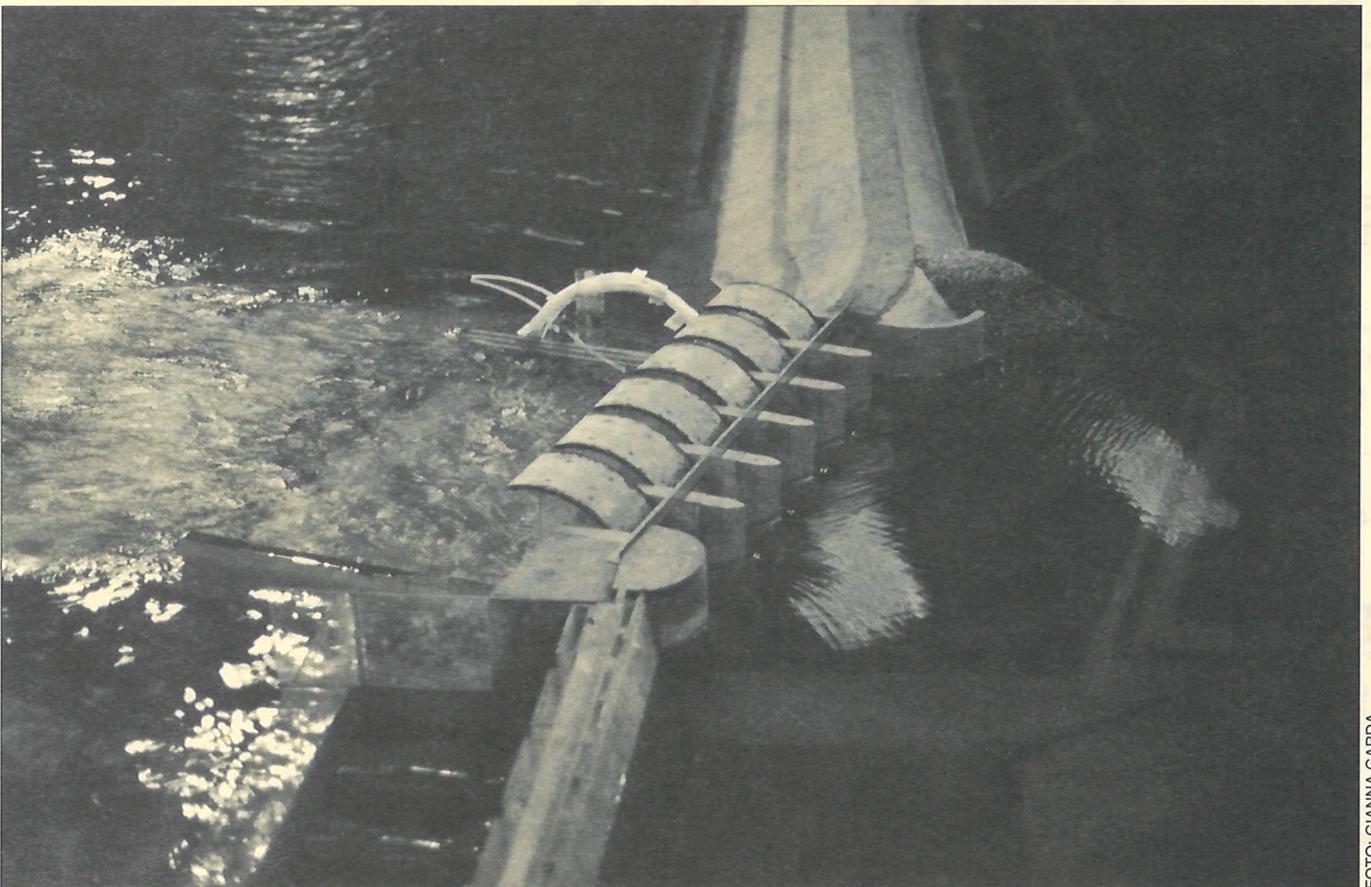
Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 120

Cidade Universitária

CEP 05508-900 - São Paulo - SP

Fax: (011) 815-1093

Fone: (011) 211-1933 - informações gerais.



Modelo tridimensional da Barragem de Igarapava (escala 1:100), localizada no Rio Grande, na divisa entre os Estados de São Paulo e Minas Gerais, próximo a Uberaba. Laboratório de Hidráulica do Centro Tecnológico de Hidráulica e Recursos Hídricos.

FOTO: GIANNA GARDA

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Criada em 25 de janeiro de 1934 (Decreto nº 6.283), a Universidade de São Paulo (USP) passou a incorporar, como institutos complementares, instituições de pesquisa consideradas como ampliação de ensino e da ação da Universidade. Dentre aquelas relacionadas diretamente ou através de seus acervos com a Comissão Geográfica e Geológica estavam o Instituto Astronômico e Geográfico, o Museu de Arqueologia, História e Etnografia e o Serviço Florestal.

A Resolução nº 3.745, de 19 de outubro de 1990, estruturou a USP em Unidades, Órgãos de Integração e Órgãos Complementares. Assim, o **Instituto Astronômico e Geofísico** é, hoje, uma Unidade Universitária, enquanto o **Museu Paulista**, o **Museu de Zoologia** e o **Museu de Arqueologia e Etnologia** são Órgãos de Integração da USP, regulamentados pela Resolução nº 2.342 de 8 de janeiro de 1982.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Criada em 12 de março de 1934 (Decreto nº 2.124, a Universidade de São Paulo (USP) passou a funcionar como instituição complementar, institutos de pesquisa anexados à sua ampla rede de ensino e de ação da Universidade. Dentre outras instituições destacamos os cursos de artes e letras com o Conselho Geográfico e Geológico, o Instituto Astronômico e Geográfico, o Museu de Zoologia, Física e Química e o Serviço Florestal.

A Resolução nº 2.745, de 19 de outubro de 1961, criou o USP em Unidades, Órgãos de Integração e Órgãos Complementares. Assim, o Instituto Astronômico e Geográfico é hoje uma Unidade Universitária, enquanto o Museu Paulista, o Museu de Zoologia e o Museu de Física e Química são Órgãos de Integração da USP.

regulamentados pela Resolução nº 2.541, de 8 de janeiro de 1962.

INSTITUTO ASTRONÔMICO E GEOFÍSICO

Atribuições:

O Instituto Astronômico e Geofísico, de acordo com o Decreto nº 52.907, de 27 de março de 1972, tem como atribuições principais:

- * ensino;
- * pesquisa;
- * extensão de serviços à comunidade.

Suas principais atividades são desenvolvidas em dois locais distintos:

- * no campus da Água Funda, localizado no Parque Estadual das Fontes do Ipiranga;
- * no campus da Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira.

Por ser uma Unidade de Ensino da Universidade de São Paulo, possui estrutura bastante diferenciada das demais instituições originárias da Comissão Geográfica e Geológica, sendo composto por três Departamentos:

- * Astronomia;
- * Geofísica;
- * Ciências Atmosféricas (nome atual do até então Departamento de Meteorologia).

Serviços Prestados:

Os departamentos de Geofísica e Ciências Atmosféricas oferecem, respectivamente, os seguintes cursos de graduação, com vinte vagas cada um:

- * Bacharelado em Meteorologia, criado em 1977;
- * Bacharelado em Geofísica, criado em 1984.

Mesmo não existindo curso de graduação em Astronomia, são oferecidas disciplinas optativas dessa área para diversos cursos das áreas de Ciências Exatas e Humanas, bem como cursos de extensão, aperfeiçoamento e divulgação para estudantes e professores.

Cada Departamento tem seu próprio programa para os Cursos de Pós-Graduação em nível de Mestrado e Doutorado, suas próprias áreas de pesquisa e diferentes extensões de Serviços à Comunidade.

Na Extensão de Serviços à Comunidade, os três Departamentos atuam nas seguintes modalidades segundo suas áreas de pesquisa:

- * realização de palestras;
- * atendimento de visitas às instalações;
- * entrevistas à mídia;
- * assessorias técnicas e científicas;
- * comparações instrumentais;
- * fornecimento de dados.

Usuários Imediatos e Mediatos:

- * pesquisadores e profissionais de órgãos e instituições congêneres, nacionais e internacionais;
- * 141 alunos de graduação e 123 alunos de pós-graduação matriculados em 1996;

- * estagiários;
- * bolsistas de agências financiadoras de pesquisa;
- * professores e estudantes dos três graus;
- * público em geral.

Quadro de pessoal:

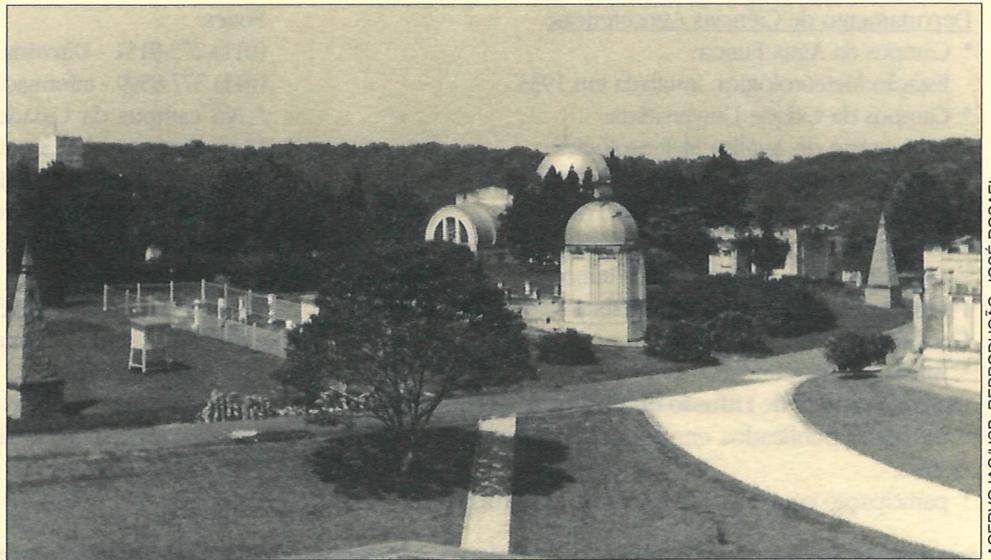
- * Docentes: 65
- * Outros funcionários: 155 (níveis básico, técnico e superior)

Pesquisas em Desenvolvimento:

As principais linhas de pesquisa do Instituto Astronômico e Geofísico são:

Departamento de Astronomia:

- * Astronomia Fundamental;
- * Dinâmica do Sistema Solar;
- * Astronomia Extragaláctica;
- * Astrofísica Estelar;
- * Meio Interestelar;
- * Astrofísica do Sistema Solar;
- * Instrumentação.



Estação meteorológica e conjunto do Instituto Astronômico e Geofísico/USP na Água Funda.

Departamento de Geofísica:

- * Composição, Estrutura e Dinâmica da Litosfera;
- * Geodinâmica dos Ecossistemas Tropicais.

Departamento de Ciências Atmosféricas:

- * Física e Sensoriamento Remoto da Precipitação;
- * Relação Biosfera - Atmosfera;
- * Micrometeorologia;
- * Modelagem e Diagnóstico de Sistemas Atmosféricos de Grande Escala;
- * Modelagem e Diagnóstico de Sistemas Atmosféricos Regionais;
- * Processos Atmosféricos da Poluição Ambiental;
- * Processos Radiativos na Atmosfera.

Laboratórios:

Departamento de Astronomia:

- * Campus da Água Funda;
- * Radiotelescópio milimétrico;
- * Laboratório de Processamento de Imagens;

- Astrolábio Impessoal de Danjon.
- * Observatório Abrahão de Moraes - Valinhos (SP):
- Círculo Meridiano equipado com detector CCD para pesquisas em Astronomia Fundamental.
- * Laboratório Nacional de Astrofísica - CNPq:
- Telescópio Boller & Chivens de 60 cm para pesquisa em Astrofísica, instalado no Pico dos Dias, em Brasópolis (MG). (Além disso, os pesquisadores do Departamento utilizam o instrumental do Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA e, no exterior, o instrumental dos grandes observatórios europeu e americano, instalados no Chile.)

Departamento de Geofísica:

- Laboratório de Geofísica Nuclear;
- Laboratório de Geoquímica;
- Laboratório de Paleomagnetismo;
- Laboratório de Geotermia;
- Laboratório de Geodesia e Gravimetria;
- Laboratório de Geofísica da Litosfera;
- Laboratório de Instrumentação;
- Laboratório de Sismologia;
- Laboratório de Preparação de Amostras.

Departamento de Ciências Atmosféricas:

- * Campus da Água Funda:
- Estação Meteorológica, instalada em 1933.
- * Campus da Cidade Universitária:
- Laboratório de Análise Meteorológica;
- Laboratório de Micrometeorologia;
- Laboratório de Modelagem Numérica;
- Laboratório de Previsão do Tempo;
- Laboratório de Sensoriamento Remoto.

Publicações Editadas pelo Instituto Astronômico e Geofísico:

- * Anuário Astronômico.

Outros Veículos de Difusão do Conhecimento Gerado:

- * trabalhos publicados em periódicos nacionais e internacionais;
- * participação em conclaves nacionais e internacionais.

Biblioteca:

- * 16.000 livros;
- * 21.000 volumes de periódicos;
- * 5.000 cartas topográficas;
- * 600 teses.

Sede:

A sede do Instituto Astronômico e Geofísico está instalada no campus da Água Funda.

Horário de atendimento: de 2ª à 6ª feira, das 8:00 às 18:00 horas.

Endereços:

* No campus da Água Funda ficam a sede do Instituto, com sua Diretoria, Administração, Serviços Gerais, Departamento de Astronomia, parte do Departamento de Geofísica, Estação Meteorológica e sede da Biblioteca, com o acervo relativo à parte especializada em Astronomia.

Instituto Astronômico e Geofísico/USP

Av. Miguel Stéfano, 4.200

Água Funda

04301-970 - São Paulo - SP

Fax: (011) 276-3848

Fones:

(011) 272-9151 - Diretoria

(011) 577-8599 - informações gerais.

* No campus da Cidade Universitária, estão instalados os Departamentos de Ciências Atmosféricas e Geofísica, com os respectivos acervos especializados.

Instituto Astronômico e Geofísico/USP

Rua do Matão, 1.226

Cidade Universitária

05508-900 - São Paulo - SP

- Departamento de Ciências Atmosféricas:

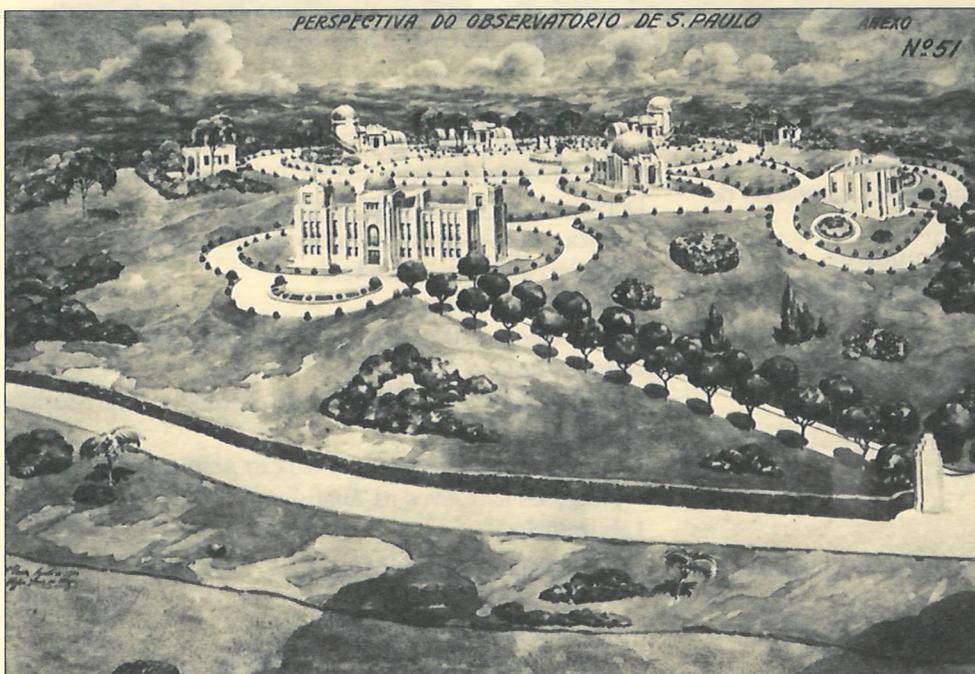
FAX: (011) 818-4714

Telefones: (011) 818-4713 e (011) 818-4731.

- Departamento de Geofísica

FAX: (011) 818-5034

Telefones: (011) 818-4755 e (011) 818-4760.



Perspectiva do Observatório de São Paulo, localizado no Parque das Fontes do Ipiranga, Água Funda.

ACERVO: IAG/USP. REPRODUÇÃO: JOSÉ ROSAEL

MUSEU PAULISTA

Atribuições:

O Museu Paulista tem suas atividades voltadas para:

- * pesquisa;
- * docência;
- * curadoria dos acervos;
- * prestação de serviços à comunidade.

A curadoria envolve as atividades de pesquisa, documentação, catalogação, conservação, produção e difusão de conhecimentos através de exposições, cursos e publicações.

Serviços Prestados:

- * diversos atendimentos como centro de documentação e pesquisa;
- * atuação cultural e educacional, em torno de questões relacionadas com documentos materiais, por meio dos quais se permitem formular, entender a organização, funcionamento e mudança da sociedade;
- * atividades didáticas nos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade de São Paulo;
- * estágios a graduandos e graduados nas áreas de História, Museologia, Conservação e Restauração, Arquivística, Biblioteconomia, Comunicação Visual e Arqueologia Histórica;
- * cursos de Extensão Universitária em suas diferentes modalidades, nas áreas de pesquisa do Museu Paulista;
- * assessoria a instituições congêneres;
- * venda de publicações e materiais relacionados com os diversos acervos da Instituição.

Usuários Imediatos e

Mediatos:

- * pesquisadores nas áreas de atuação do Museu;
- * estudantes e professores dos três graus;
- * alunos de pós-graduação;
- * estagiários;
- * órgãos da administração pública;
- * público em geral e empresas;
- * mídia.

Quadro de Pessoal:

- * Docentes/Pesquisadores: 11
- * Especialistas de apoio à pesquisa: 23
- * Outros servidores públicos: 85

Pesquisas em Desenvolvimento:

Totalizam 26 projetos, sendo 8 de pesquisadores externos, desenvolvidos com apoio de pessoal do Museu, e 18 de pesquisadores de seu próprio quadro, envolvendo as áreas de:

- * Cotidiano e Sociedade;
- * Universo do Trabalho;
- * História do Imaginário.

O Museu Paulista pretende tornar-se uma referência para o

estudo da chamada “cultura material” da sociedade brasileira, principalmente do período de 1850 a 1950.

Coleções:

- * Documentação Arquivística:
 - dois fundos de arquivos permanentes mantidos pelo Museu Paulista e Museu Republicano “Convenção de Itu”;
 - 50 coleções, compostas por correspondências, relatórios, processos cartoriais e outros documentos escritos, impressos e manuscritos.

Horário de atendimento: de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 17:00 horas (marcar com antecedência).

- * Acervo Iconográfico:

Bastante variado, com mais de 22.000 peças (pinturas, gravuras, desenhos, fotografias, negativos, filmes, plantas e mapas, cartazes etc.).

Horário de atendimento: de 2ª a 6ª feira, das 09:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas (marcar com antecedência).



Museu Paulista/USP, localizado no Parque da Independência, Ipiranga.

- * Acervo de Objetos:

Com mais de 21.000 objetos (utensílios domésticos e de uso pessoal, objetos provenientes de escavações arqueológicas, de instituições e corporações, instrumentos de trabalho, armas, veículos, moedas, selos, medalhas e outros).

Horário de atendimento: de 2ª a 6ª feira, das 09:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas (marcar com antecedência).

Educação (Difusão Cultural):

- * exposições;
- * seminários e outros eventos;
- * estágios;
- * orientação a professores e interessados em geral.

Laboratórios:

- * Conservação e Restauração (telas, papel e têxtil);
- * Fotografia.

Estrutura Museológica:

* Museu Paulista (Museu do Ipiranga):

Com mais de 100.000 unidades, compreendendo:

· objetos (utensílios domésticos e de uso pessoal, objetos provenientes de escavações arqueológicas, de instituições e corporações, instrumentos de trabalho, armas, numismática, filatelia e outros);

· iconografia (esculturas, pinturas, gravuras, desenhos, fotografias e cartografia);

· documentação arquivística (manuscritos e impressos), referentes à história da sociedade brasileira.

Horário de atendimento: de 3ª a domingo e feriados, das 9:00 às 16:45 horas.

* Museu Republicano Convenção de Itu:

O Museu Republicano é uma extensão do Museu Paulista e situa-se na cidade de Itu (SP). As peças de seu acervo pertenceram ou estão associadas aos republicanos históricos ou aos "convencionais de Itu" (Convenção de 1873):

· objetos (pessoais e de interiores, instrumentos de trabalho, armas, moedas, medalhas);

· iconografia (esculturas, pinturas, gravuras, desenhos, fotografias e cartografia);

· documentação arquivística (manuscritos e impressos).

Horários de atendimento:

- Exposições: de 3ª a sábado, das 10:00 às 17:00 horas; domingo, das 9:00 às 16:00 horas;

- Biblioteca e Documentação: de 2ª a 6ª feira, das 8:00 às 17:00 horas.

Publicações Editadas pelo Museu Paulista:

* Anais do Museu Paulista - antiga série (de 1922 a 1989);

* Anais do Museu Paulista -nova série - a partir de 1993;

* Cadernos de História de São Paulo;

* Como Explorar o Museu Paulista;

* catálogos, cadernos pedagógicos e outras publicações.

Outros Veículos de Difusão do Conhecimento Gerado:

* trabalhos publicados em periódicos nacionais e internacionais;

* participação em conclaves nacionais e internacionais.

Biblioteca:

* 22.282 livros;

* 2.065 periódicos;

* 2.674 separatas;

* 2.313 multimeios;

Horário de atendimento: de 3ª a 6ª feira, das 8:00 às 17:00 horas.

Sede:

O Museu Paulista está instalado em sede própria, no bairro do Ipiranga, na Capital paulista.

Endereço:

Museu Paulista/USP

Parque da Independência s/n

Ipiranga

04260-000 - São Paulo - SP

Fax: (011) 215-4588 - ramais 2050/2051.

Fones: (011) 215-4588, (011) 215-4307 e (011) 215-4145 - ramal 2000 - informações gerais.



Hall de entrada do Museu Paulista/USP.

FOTO: JOSÉ ROSAEL

MUSEU DE ZOOLOGIA

Atribuições:

As atribuições atuais do Museu de Zoologia são:

- * pesquisa científica sobre a fauna de vertebrados e invertebrados e publicação dos resultados obtidos;
- * manutenção, conservação e ampliação das coleções zoológicas;
- * ensino nos diversos níveis;
- * exposições e atendimento à comunidade na área de Zoologia.

Serviços Prestados:

- * atendimento a consultas na área de Zoologia;
- * atendimento a visitas de escolas na exposição pública;
- * atendimento ao público pela biblioteca;
- * visitas guiadas a grupos de universitários às coleções;
- * empréstimo de material zoológico para estudo científico;
- * empréstimo de material zoológico para finalidade didática ou comercial (fotos);
- * atendimento de visitas e consultas às coleções;
- * orientação de estagiários e pós-graduandos;
- * cursos em nível de graduação e pós-graduação;
- * assessoria a agências financiadoras de pesquisa;
- * assessoria a revistas especializadas;
- * atendimento à mídia.

Usuários Imediatos e

Mediatos:

- * pesquisadores de instituições congêneres, nacionais e internacionais;
- * escolas de 1º e 2º graus;
- * alunos universitários, dentre estes, atualmente, 49 alunos de pós-graduação;
- * estagiários (atualmente 28);
- * agências de publicidade;
- * agências de turismo;
- * órgãos da administração pública (prefeituras);
- * solicitantes de informações técnicas (empresas e público em geral).

Quadro de Pessoal:

- * Docentes/Pesquisadores científicos ativos: 15
- * Docentes/Pesquisadores aposentados trabalhando: 3
- * Técnicos de Nível Superior: 7

Pesquisas em desenvolvimento:

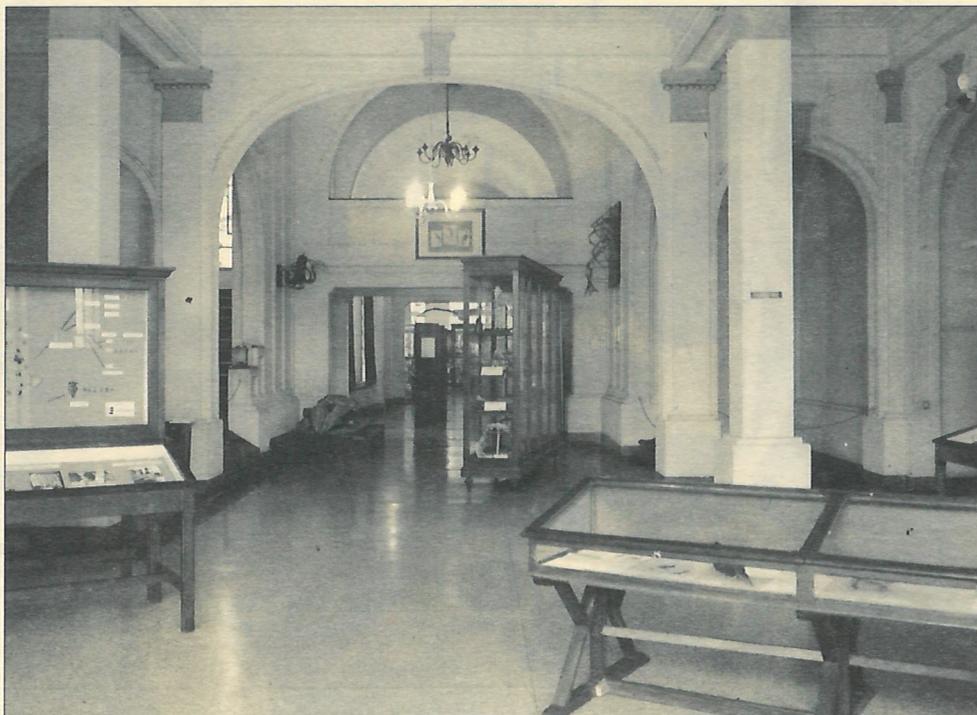
- * Técnicos administrativos e operacionais: 54
- Totalizam 84 projetos, sendo 35 desenvolvidos por pesquisadores do Museu de Zoologia, 4 por alunos de pós-graduação orientados por pesquisadores externos e 45 orientados por pesquisadores do próprio quadro do Museu, envolvendo as áreas de Sistemática, Biologia, Comportamento, Zoogeografia e Evolução dos seguintes grupos:
- * crustáceos (Anomura e Brachyura do Atlântico Ocidental);

- * moluscos (Gastropoda);
- * insetos (Diptera, Coleoptera, Collembola e Hymenoptera);
- * peixes (marinhos e de água doce);
- * répteis;
- * aves;
- * mamíferos (Primates, Rodentia e Artiodactyla).

Coleções:

Englobam 5,5 milhões de exemplares de animais, constituindo-se no maior acervo zoológico da América do Sul, composto sobretudo por espécimens da fauna da região Neotropical:

- * 28.000 mamíferos;
- * 60.000 aves;
- * 170.000 répteis e anfíbios;
- * 65.000 lotes de peixes;
- * 150.000 crustáceos;
- * 4.600.000 insetos;
- * 28.000 lotes de moluscos;
- * 13.000 lotes de aracnídeos.



Exposição pública vista do saguão de entrada do Museu de Zoologia/USP, localizado no bairro do Ipiranga.

Áreas Físicas Gerenciadas pelo Museu de Zoologia:

- * Estação Biológica de Boracéia, no Município de Salesópolis: 97 ha.

Educação:

- * orientação a alunos de graduação e pós-graduação;
- * seminários e outros eventos;
- * orientação a professores e interessados em geral;
- * extensão cultural.

Laboratórios:

- * Cronobiologia;
- * Montagem de Insetos;
- * Criação de Insetos;
- * Taxidermia.

Estrutura Museológica:

Mais de 5,5 milhões de espécimens animais, entre exemplares de pesquisa e material de exposição (mamíferos, aves, répteis, anfíbios, peixes, crustáceos, insetos, moluscos e aracnídeos). A exposição pública ocupa uma área de aproximadamente 700 m².

Horário de atendimento: de 3ª a domingo, das 10:00 às 17:00 horas.

Publicações Editadas pelo Museu de Zoologia:

- * Arquivos de Zoologia (desde 1940);
- * Papéis Avulsos de Zoologia (desde 1941);
- * livros, catálogos, cadernos pedagógicos e outras publicações.

Outros Veículos de Difusão do Conhecimento Gerado:

- * trabalhos publicados em periódicos nacionais e internacionais;
- * participação em conclave nacionais e internacionais.

Biblioteca:

- * 8.000 livros;
- * 2.364 títulos de periódicos

Horário de atendimento: de 2ª a 6ª feira, das 8:00 às 18:00 horas.

Sede:

O Museu de Zoologia está instalado em sede própria, no bairro do Ipiranga, na Capital paulista.

Endereço:

Museu de Zoologia/USP
Av. Nazaré, 481
Ipiranga
04263-000 - São Paulo - SP
Fax: (011)274-3690
Fone: (011) 274-3455 - informações gerais.



*Laboratório
da Seção de Entomologia
do Museu de Zoologia/USP.*

FOTO: LUIZ BARRETTO

MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA

Atribuições:

O Museu de Arqueologia e Etnologia tem as seguintes finalidades:

- * desenvolver e promover a cultura dentro dos campos específicos da Arqueologia, Etnologia e Museologia;
- * zelar pelo seu acervo, procurando sua ampliação e aperfeiçoamento;
- * promover pesquisas destinadas a aumentar o conhecimento das áreas de Arqueologia, Etnologia e Museologia;
- * propiciar o aperfeiçoamento científico e cultural de seus especialistas;
- * organizar exposições públicas;
- * manter intercâmbio didático e de pesquisa com os departamentos que lhe são afins na USP;
- * manter intercâmbio com Museus e outros Institutos, nacionais e estrangeiros;
- * promover atividades culturais diversas como prestações de serviços à comunidade;
- * promover cursos de Difusão Cultural, Extensão Universitária ou de Aperfeiçoamento sobre Arqueologia, Etnologia e Museologia;
- * estreitar as relações existentes entre os Museus da Universidade de São Paulo, enfatizando a pesquisa interdisciplinar em proveito de sua personalidade coletiva e do enriquecimento dos acervos.

Serviços Prestados:

- * pesquisas nas disciplinas básicas de Arqueologia e Etnologia e na disciplina aplicada de Museologia;
- * cursos de graduação (optativas), pós-graduação e extensão universitária, na área de Arqueologia;
- * cursos de graduação (optativas) e extensão universitária, na área de Museologia;
- * cursos de extensão universitária na área de Etnologia;
- * estágios a graduandos, graduados e pós-graduandos nas áreas de Arqueologia, Etnologia e Museologia;
- * assessorias diversificadas no âmbito das disciplinas básicas e aplicada;
- * atendimento diferenciado a alunos de todos os graus, professores de ensino de 1º e 2º graus, bem como ao público em geral, através de exposições de longa e curta duração e programas educativos específicos;
- * atendimento ao público pela biblioteca.

Usuários Imediatos e Mediatos:

- * pesquisadores nas áreas de atuação do Museu;
- * estudantes e professores dos três graus;
- * alunos de pós-graduação;

- * prefeituras (projetos, assessorias e convênios relacionados ao patrimônio cultural);
- * público em geral (cursos, palestras, informações);
- * mídia.

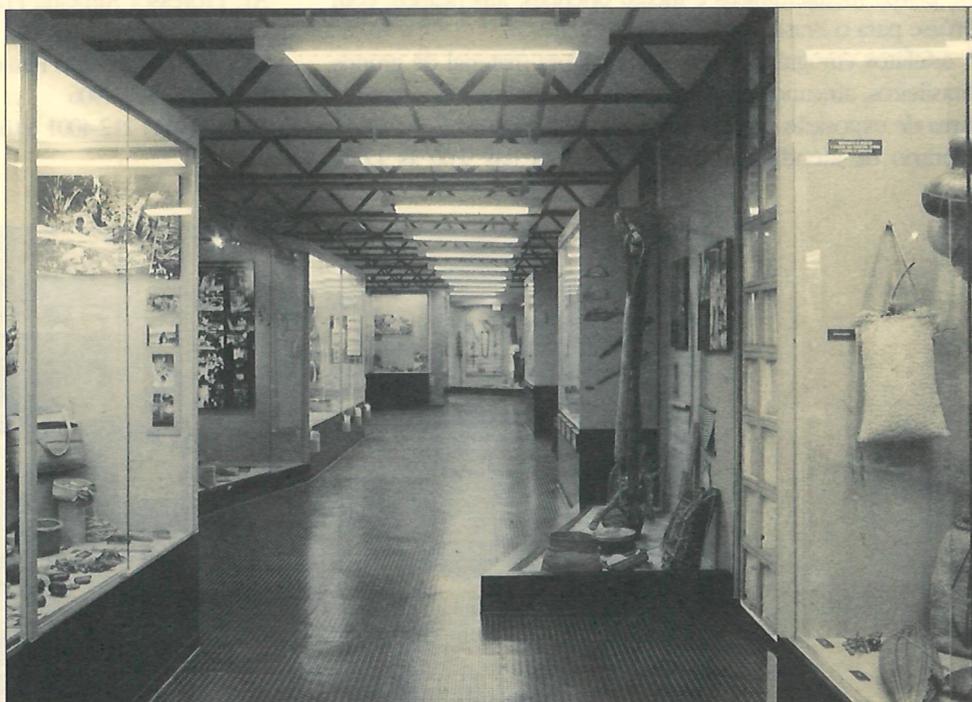
Quadro de Pessoal:

- * Docentes (arqueólogos, etnólogos e museólogos): 17
- * Técnicos de nível superior: 12
- * Técnicos administrativos e operacionais: 59
- * Alunos de pós-graduação: 54
- * Estagiários: 44

Pesquisas em desenvolvimento:

52 projetos, tanto de pesquisadores externos, desenvolvidos com apoio de pessoal do Museu de Arqueologia e Etnologia, como de pesquisadores do próprio Museu, envolvendo as áreas de:

- * Arqueologia Brasileira e Americana;
- * Arqueologia Mediterrânea e Médio Oriental;
- * Etnologia;



Aspecto da exposição pública Formas de Humanidade do Museu de Arqueologia e Etnologia/USP, localizado na Cidade Universitária.

- * Museologia.

Coleções:

- * Arqueológicas:
 - referentes às escavações no estado de São Paulo, especialmente de sítios litorâneos;
 - de artefatos das culturas marajoara e tapajônica;
 - americanas, referentes a culturas pré-hispânicas, tais como a nazca;
 - relativa a culturas mediterrâneas e médio orientais.
- * Etnográficas:
 - constituídas desde os fins do século passado, por precursores da pesquisa etnográfica no Brasil, como Herbert Baldus, Harald Schultz, Curt Nimuendajú;

- africana e afro-brasileira.

Horário de atendimento: de 2ª a 6ª feira, de preferência à tarde (marcar com antecedência).

Áreas Físicas Gerenciadas pelo Museu de Arqueologia e Etnologia:

* Centro Regional de Pesquisas Arqueológicas Mário Neme: No município de Piraju, o centro abrange artefatos arqueológicos da área do Paranapanema.

Educação (Difusão Cultural):

* exposições com atendimento a alunos e ao público em geral;

* cursos, estágios e eventos, nas áreas de Arqueologia, Etnologia e Museologia.

Laboratórios:

* Arqueologia e Etnologia;

* Conservação e Restauro.

Estrutura Museológica

O acervo do Museu de Arqueologia e Etnologia é constituído por 120 mil peças, abrangendo:

* artefatos arqueológicos representativos da cultura material de povos mediterrânicos e médio orientais; americanos, com ênfase para o Brasil;

* artefatos etnográficos relativos à cultura material de grupos brasileiros, africanos e afro-brasileiros.

Área de exposição pública: 490 m²

Horário de atendimento: de 3ª a 6ª feira das 9:00 às 12:00

horas e das 13:30 às 17:00 horas.

Publicações Editadas pelo Museu de Arqueologia e Etnologia:

* Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

Outros Veículos de Difusão do Conhecimento Gerado:

* trabalhos publicados em periódicos nacionais e internacionais;

* participação em conclave nacionais e internacionais.

Biblioteca:

* 16.650 livros;

* 24.800 fascículos e periódicos;

* 422 obras raras.

Horário de atendimento: de 2ª a 6ª feira, das 8:30 às 17:30 horas.

Sede:

O Museu de Arqueologia e Etnologia está instalado em sede própria, na Cidade Universitária, na Capital paulista.

Endereço:

Museu de Arqueologia e Etnologia/USP

Av. Professor Almeida Prado, 1.466

Cidade Universitária

CEP 05508-900 - São Paulo - SP

Fax: (011) 818 4906

Fones: (011) 212-4001 e (011) 818-4901 - informações gerais.



Laboratório de Pré-História Brasileira do Museu de Arqueologia e Etnologia/USP.

FOTO: LUIZ BARRETTTO

LEIS E DECRETOS

As leis e decretos mencionadas no texto estão listadas conforme sua numeração oficial. Podem ser encontradas, em sua íntegra, em Diários Oficiais do Estado de São Paulo e nas seguintes publicações:

- até 1889 - Leis e Decretos da Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo;
- de 1889 a 1975 - Coleções de Leis e Decretos do Estado de São Paulo;
- a partir de 1975 - São Paulo Legislação - Leis e Decretos do Estado de São Paulo;
- a partir de 1985 - São Paulo Legislação - Cadernos Mensais - Coletânea de Leis e Decretos do Estado de São Paulo;
- LEX - Coletânea de Legislação e Jurisprudência - Legislação do Estado de São Paulo e Município de São Paulo.

Lei N. 9 de 27 de março de 1886 (N.R. - Apesar de ser referida como a lei de criação da Comissão Geográfica e Geológica, apenas estabelece, em seu Artigo 1º que: *O governo da provincia fica autorizado, desde já, a despendar até a quantia de cincoenta contos de réis (rs. 50:000\$000), com a iniciação de trabalhos de levantamento de cartas geographicas, topographicas, itinerarias, geologicas e agricolas da mesma provincia...*

Resolução do Presidente da Província, de 7 de abril de 1886, para a execução da Lei N. 9 - Instruções para a exploração geográfica e geológica da província. No Artigo 1º lê-se: *O serviço será executado por uma comissão composta de um chefe; um primeiro ajudante, que acumulará as funções de topographo; dois geologos e dois conductores. No Artigo 6º lê-se: Alem dos trabalhos geographicos e geologicos, conforme as circunstancias permittirem se formarão colleções de objectos e se reunirão informações concernentes dos outros ramos da historia natural, tendo-se em vista o que pertencer à relação pratica e economica da zoologia e da botanica com a industria e a agricultura...*

Decreto N. 6 de 27 de dezembro de 1889 - Cria uma Superintendência de Obras Públicas. No Ítem 5º do Artigo 2º, que se inicia: *A essa Superintendencia compete, lê-se: A fiscalisação do levantamento da carta geographica e geologica do Estado. Em seu Artigo 4º lê-se: A fiscalização do levantamento da Carta Geographica e Geologica do Estado será exercida immediatamente pelo Director da Superintendencia.*

Resolução N. 31 de 17 de março de 1890 - Substitui a tabela aprovada pela Resolução N. 28. (N.R. - CGG é colocada como a 4ª seção da Superintendência de Obras Públicas).

Lei N. 15 de 11 de novembro de 1891 - Orça a receita e despesa do Estado para o exercício de 1892. (N.R. - Em seu Artigo 4º, menciona-se a Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas).

Decreto N. 28 de 1º de março de 1892 - Organiza as Secretarias do Interior, da Justiça e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, criadas por Lei N. 15 de 11 de novembro de 1891.

Decreto 58 de 2 de maio de 1892 - Dá regulamento para as Secretarias do Interior, da Justiça e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

Lei N. 192 de 26 de agosto de 1893 - Resolve sobre a utilização do Monumento do Ypiranga. No Artigo 3º lê-se: *Para ele serão transportados desde logo as colleções e objectos ora existentes sob a guarda da Comissão Geographica e Geologica do Estado.*

Lei N. 200 de 29 de agosto de 1893 - Autoriza o Governo a reorganizar o Museu do Estado. No Artigo 4º lê-se: *As disposições gerais de administração serão as mesmas ora em vigor para a Comissão Geographica e Geologica.*

Decreto N. 335 de 10 de fevereiro de 1896 - Declara de utilidade pública, para ser desapropriado, o terreno necessário à instalação de um Horto Botânico com Campos de Experiência e Serviço Florestal, no lugar denominado Pedra Branca, na Serra da Cantareira.

Decreto N. 513 de 31 de dezembro de 1897 - Reorganiza a Comissão Geográfica e Geológica. No Artigo 1º lê-se: *A Comissão Geographica e Geologica do Estado, a cujo cargo continuam os trabalhos que lhe foram até aqui commettidos, será constituída por tres secções sob a direcção de um chefe pelas quaes serão distribuidos os serviços geographico, geologico, botanico e meteorologico.*

Decreto N. 517 de 8 de janeiro de 1898 - Instruções para o levantamento da zona limítrofe com o Estado de Minas Gerais.

Lei N. 678 de 13 de setembro de 1899 - Organiza o Serviço Agronômico do Estado. No Artigo 16, Parágrafo 5º, lê-se: *... reorganizar o serviço meteorológico, mantendo-o sob a direcção da Secção Botânica e Meteorológica da Comissão Geographica e Geologica, enquanto for possível, e de modo que, sem prejuízo dos trabalhos da mesma secção, possa aquelle serviço attender ao estudo das condições agrológicas das várias regiões agricolas do Estado. No Parágrafo 6º do mesmo artigo lê-se: ... organizar o horto botanico a cargo da respectiva secção da Comissão Geographica e Geologica, de modo que esse estabelecimento attenda, na medida conveniente, ao serviço florestal.*

Decreto N. 1.459 de 10 de abril de 1907 - Reorganiza a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. Em seu Artigo 32 lê-se: *A directoria da Agricultura compor-se-á de quatro secções: ... secção botânica e secção meteorológica.* (N.R. - Este decreto também é conhecido como Reforma Carlos Botelho).

Decreto N. 1.749 de 30 de junho de 1909 - Organiza o Horto Botânico e Florestal, extingue a Seção Botânica da Diretoria da Agricultura e dá outras providências.

Decreto N. 1.992-A de 31 de janeiro de 1911 - Reorganiza a Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. Seu Capítulo IX refere-se ao Serviço Meteorológico. (N.R. - Este decreto é complementar à Reforma Carlos Botelho)

Decreto N. 2.034 de 18 de abril de 1911 - Cria o Serviço Florestal e dá outras providências.

Lei N. 1.911 de 29 de dezembro de 1922 - Criação no Museu Paulista a Seção de História Natural, especialmente de São Paulo, e de Etnografia. Em seu Artigo 2º lê-se: *Fica desannexada do Instituto do Butantan, com a organização que actualmente tem a secção de Botanica, que passa a ser incorporada, integralmente, ao Museu Paulista.*

Decreto N. 3.871 de 3 de julho de 1925 - Reorganiza o Museu Paulista e lhe dá regulamento. Em seu Artigo 2º lê-se: *O Museu será dividido em tres secções: a) a de Historia Nacional e especialmente de São Paulo; b) a de Zoologia; c) a de Botânica.*

Lei N. 2.196 de 3 de setembro de 1927 - Desdobra a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. (N.R. - Ficou conhecida como Reforma Fernando Costa).

Lei N. 2.219 de 9 de dezembro de 1927 - Autorizando o Poder Executivo a ampliar os serviços da Comissão Geográfica e Geológica, para o estudo do subsolo paulista.

Lei N. 2.261 de 31 de dezembro de 1927 - Reorganizando o Serviço Meteorológico do Estado. No Artigo 1º lê-se: *Fica creada e subordinada à Secretaria da Agricultura, Industria e Commercio, a Diretoria do Serviço Meteorologico e Astronomico do Estado de S. Paulo, que compreenderá o actual Serviço Meteorologico com as ampliações constantes da presente lei.*

Decreto N. 4.788 de 4 de dezembro de 1930 - Subordina o Governo (sic) Meteorológico e Astronômico do Estado de São Paulo à Escola Politécnica, com a denominação do (sic) Instituto Astronômico e Geofísico (N.R. - No Artigo 1º, consta a denominação correta: Serviço Meteorológico e Astronômico do Estado).

Decreto N. 5.153 de 8 de agosto de 1931 - Transfere a Comissão Geográfica e Geológica para a Secretaria de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas.

Decreto N. 5.161 de 12 de agosto de 1931 - Organiza a Diretoria de Serviços Públicos e da Carta Geral do Estado da Secretaria da Viação e Obras Públicas e dá outras providências.

Decreto N. 5.174 de 27 de agosto de 1931 - Subordina à Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, o Serviço de Estudo e Aproveitamento das Jazidas de Apatite.

Decreto N. 5.320 de 30 de dezembro de 1931 - Cria e dá organização ao Instituto Astronômico e Geográfico do Estado de São Paulo.

Decreto N. 6.283 de 25 de janeiro de 1934 - Cria a Universidade de São Paulo e dá outras providências.

Decreto N. 7.309 de 5 de julho de 1935 - Extingue o Instituto Astronômico e Geográfico, criando o Departamento Geográfico e Geológico, e restabelecendo o Instituto Astronômico e Geofísico.

Decreto N. 7.328 de 5 de julho de 1935 - Organiza o Departamento Geográfico e Geológico, criado pelo Decreto N. 7.309 de 5 de julho de 1935.

Decreto N. 7.329 de 5 de julho de 1935 - Organiza o Instituto Astronômico e Geofísico.

Decreto 9.715 de 9 de novembro de 1938 - Cria, na Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, o Departamento de Botânica.

Decreto N. 9.871 de 28 de dezembro de 1938 - Reorganiza o Departamento Geográfico e Geológico, da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, e dá outras providências. Em seu Artigo 1º lê-se: *Passa a denominar-se Instituto Geográfico e Geológico o atual Departamento Geográfico e Geológico, da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio.*

Decreto N. 9.918 de 11 de janeiro de 1939 - Cria, na Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, o Departamento de Zoologia e dá outras providências. No artigo 6º lê-se: *Ficam transferidas para o Departamento de Zoologia todas as coleções zoológicas, bem como os móveis, utensílios, instrumentos e outros objetos empregados no estudo, no acondicionamento, na preparação ou na exibição das mesmas, do Museu Paulista, e parte da sua biblioteca referente à Zoologia, bem como o parque anexo, na parte posterior do edifício, executando os pavilhões dependentes da Secção de História, nele localizados.*

Decreto N. 12.360-A de 1º de dezembro de 1941 - Dá nova organização ao Serviço Florestal da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio.

Decreto-Lei 12.499 de 7 de janeiro de 1942 - Organiza o Instituto de Botânica e dá outras providências. Em seu Artigo 1º lê-se: *O Departamento de Botânica, criado pelo Decreto N. 9.715, de 9 de novembro de 1938, passa a denominar-se Instituto de Botânica.*

Decreto-Lei N. 15.143 de 19 de outubro de 1945 - Dá nova organização ao Serviço Florestal.

Decreto N. 16.440 de 6 de dezembro de 1946 - Dispõe sobre reestruturação da carreira de Inspetor de alunos e dá outras providências. Em seu Artigo 9º lê-se: *Até que seja instalada a Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio, as repartições e serviços que passaram para a sua dependência, continuarão a funcionar com a subordinação em que se acha atualmente.* Em seu Artigo 10 lê-se: *Passa a denominar-se Secretaria da Agricultura a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio.*

Decreto-Lei N. 16.565 de 27 de dezembro de 1946 - Dispõe sobre a reorganização do Museu Paulista.

Decreto-Lei N. 16.622 de 30 de dezembro de 1946 - Dispõe sobre a incorporação do Instituto Astronômico e Geofísico à Universidade de São Paulo.

Lei N. 1.350 de 12 de dezembro de 1951 - Cria e organiza o Departamento de Águas e Energia Elétrica, como autarquia estadual, extingue a Inspetoria de Serviços Públicos, da Secretaria de Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.

Decreto N. 41.222 de 17 de dezembro 1962 - Cria na Universidade de São Paulo os institutos que especifica, e dá outras providências. Em seu Artigo 1º lê-se: *Ficam criados e incluídos, como itens XII e XIII no Artigo 4º dos Estatutos da Universidade de São Paulo, baixados pelo Decreto N. 40.346 de 7 de julho de 1962, o Instituto de Biologia Marinha e o Instituto de Pré-História.*

Lei N. 7.843 de 11 de março de 1963 - Dispõe sobre a transferência do Museu Paulista, da Secretaria de Educação, para a Universidade de São Paulo.

Decreto N. 43.461 de 24 de julho de 1964 - Cria na Universidade de São Paulo o Museu de Arte e Arqueologia.

Decreto-Lei N. 98 de 13 de junho de 1969 - Dispõe sobre a transferência, para a Universidade de São Paulo, do Departamento de Zoologia, da Secretaria da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto N. 52.326 de 16 de dezembro de 1969 - Aprova o Estatuto da Universidade de São Paulo.

Decreto N. 52.370 de 26 de janeiro de 1970 - Transforma o Serviço Florestal, da Secretaria da Agricultura, em Instituto Florestal e dá providências correlatas.

Decreto N. 52.543 de 15 de outubro de 1970 - Dispõe sobre a instituição, no Departamento de Águas e Energia Elétrica, de um Centro Tecnológico de Hidráulica. Em seu Artigo 5º, parágrafo 2º, lê-se: *Nas atividades do centro, colaborarão os servidores que atualmente prestam serviços ao Serviço de Pesquisas Hidráulicas, do Departamento de Águas e Energia Elétrica.*

Decreto N. 52.907 de 27 de março de 1972 - Transforma em Unidade da Universidade de São Paulo o Instituto Astronômico e Geofísico e dá outras providências.

Decreto N. 5.926 de 15 de março de 1975 - Transfere órgãos da administração direta, a vinculação de entidades descentralizadas e dá providências correlatas. (N.R. - Através do Artigo 1º, o Instituto Geográfico e Geológico é transferido para a Secretaria de Economia e Planejamento).

Decreto N. 6.822 de 26 de setembro de 1975 - Altera a estrutura, a subordinação e a denominação do Instituto Geográfico e Geológico da Secretaria de Economia e Planejamento e dá providências correlatas.

Decreto N. 13.413 de 13 de março de 1979 - Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Economia e Planejamento do Gabinete do Governador e dá providências correlatas. No Capítulo V encontra-se a regulamentação da Coordenadoria de Ação Regional e na Seção IV, a do Instituto Geográfico e Cartográfico.

Decreto N. 24.931 de 20 de março de 1986 - Reorganiza o Instituto Geológico, da Coordenadoria da Pesquisa de Recursos Naturais, da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, e dá providências correlatas.

Decreto N. 24.932 de 24 de março de 1986 - Institui o Sistema Estadual do Meio Ambiente, cria a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dá providências correlatas.

Lei N. 5.208 de 1º de julho de 1986 - Autoriza o Poder Executivo a instituir Fundação denominada "Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo".

Decreto N. 25.952 de 29 de setembro de 1986 - Aprova os Estatutos da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo.

Decreto N. 26.861 de 9 de março de 1987 - Cria e organiza, no Instituto Geológico, a Divisão de Estudos Geográficos da Paisagem e dá providências correlatas.

Decreto N. 26.942 de 1º de abril de 1987 - Dispõe sobre a transferência e a vinculação de órgãos e entidades à Secretaria do Meio Ambiente.

BIBLIOGRAFIA

- CGG - COMISSÃO GEOGRAPHICA E GEOLOGICA DE S. PAULO - 1902. *Relatório da Secção Botanica - 1901*. Escola Typographica Salesiana, 127p.
- FREIRE, N. - 1986. *Era uma vez uma floresta e hoje ela se chama São Paulo*. O Estado de S. Paulo/Jornal da Tarde, Caderno de Programas e Leituras (12/04/86), p. 1-5.
- GUILLAUMON, J.R. - 1989. Mudança do pólo econômico para o sudeste, no Brasil, e a destruição da floresta - Mata Atlântica. *Revista do Instituto Florestal* 1(2):13-41.
- HOEHNE, F.C. - 1925. *Álbum da Secção de Botânica do Museu Paulista e suas dependências*, etc. Publicação comemorativa do oitavo aniversário da Secção de Botânica que se fez com a criação do Horto "Oswaldo Cruz", de Butantan. Imprensa Methodista.
- HOEHNE, F.C.; KUHLMANN, M.; HANDRO, O. - 1941. *O Jardim Botânico de São Paulo*. Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio de São Paulo, 656p.
- LEINZ, V. - 1955. A Geologia e a Paleontologia no Brasil. In: AZEVEDO, F. de (Ed.) 1955. *As Ciências no Brasil*. Edições Melhoramentos, v.1, p. 243-263.
- MARTINS, Z. - 1991. *Agricultura paulista: uma história maior que cem anos*. Secretaria da Agricultura e Abastecimento, 582p.
- MEZZALIRA, S. - 1967. Medalhas conferidas ao Instituto Geográfico e Geológico e aos seus técnicos. *O IGG XIX (Único)*:15-25.
- OLIVEIRA, J.A.C. de - 1966. Cópia do relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Província João Alfredo Correia de Oliveira no dia 15 de fevereiro de 1886; exploração geográfica e geológica da Província. *O IGG*, XVIII(3):30-31.
- PERIS, H.P. - 1981. Histórico abreviado do Instituto Geológico, de suas publicações e mapas. *Revista do Instituto Geológico* 2(10):65-81.
- TEIXEIRA, A.R. - 1988. Resenha histórica do Instituto de Botânica de São Paulo. *Ciência e Cultura* 40(11):1045-1054.
- SEM AUTOR - 1982. Engenheiro João Pedro Cardoso (Comissão Geográfica e Geológica) - 1905-1930. Notas Biográficas. *Revista do Instituto Geológico* 3(1):40-42.

BIBLIOGRAFIA

1. ...
2. ...
3. ...
4. ...
5. ...
6. ...
7. ...
8. ...
9. ...
10. ...
11. ...
12. ...
13. ...
14. ...
15. ...
16. ...
17. ...
18. ...
19. ...
20. ...
21. ...
22. ...
23. ...
24. ...
25. ...
26. ...
27. ...
28. ...
29. ...
30. ...
31. ...
32. ...
33. ...
34. ...
35. ...
36. ...
37. ...
38. ...
39. ...
40. ...
41. ...
42. ...
43. ...
44. ...
45. ...
46. ...
47. ...
48. ...
49. ...
50. ...
51. ...
52. ...
53. ...
54. ...
55. ...
56. ...
57. ...
58. ...
59. ...
60. ...
61. ...
62. ...
63. ...
64. ...
65. ...
66. ...
67. ...
68. ...
69. ...
70. ...
71. ...
72. ...
73. ...
74. ...
75. ...
76. ...
77. ...
78. ...
79. ...
80. ...
81. ...
82. ...
83. ...
84. ...
85. ...
86. ...
87. ...
88. ...
89. ...
90. ...
91. ...
92. ...
93. ...
94. ...
95. ...
96. ...
97. ...
98. ...
99. ...
100. ...



FOTOLITO E IMPRESSÃO
**IMPrensa Oficial
DO ESTADO S.A. IMESP**

Rua da Mooca, 1.921 - Fone: 291-3344
Vendas, ramais: 257 e 329
Telex: (011) 34557 - DOSP
Caixa Postal: 8231 - São Paulo
CGC (MF) N° 48.066.047/0001-84

